UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

NATÁLIA DANIELLE CORDEIRO VITOR

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA DE SANTO ANTÔNIO: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA REALIZADA COM OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR

PORTO SEGURO
2025

NATÁLIA DANIELLE CORDEIRO VITOR

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA DE SANTO ANTÔNIO: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA REALIZADA COM OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais da Universidade Federal do Sul da Bahia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, com vistas à obtenção do título de mestra em Ciências e Tecnologias Ambientais.

Orientador(a): Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
Coorientador(a): Msc. Maria Cristina Nascimento Vieira

PORTO SEGURO
2025

Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

V845e Vitor, Natália Danielle Cordeiro, 1984 –
Educação ambiental na APA de Santo Antônio: uma análise da intervenção socioeducativa realizada com membros do conselho gestor. / Natália Danielle Cordeiro Vitor. – Porto Seguro, 2025.
91 f.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de Formação em Ciências Ambientais. Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais. Campus Sosígenes Costa.

1. Santa Cruz Cabrália. 2. Belmonte. 3. Unidade de Conservação. 4. Gestão Participativa. 5. Formação Continuada. I. Costa-Pinto, Alessandra Buonavoglia. II. Título.

CDD – 570.7

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

Aos 25 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 09h30, via webconferência, por meio da sala virtual com link de transmissão https://meet.google.com/jxe-eyin-sjw, reuniram-se os/as membros/as da banca examinadora composta pelos/as docentes Dra. Alessandra Buonavoglia Costa Pinto (orientadora e presidenta da banca), Dra. Zanna Maria Rodrigues de Matos (membra externa ao Programa), Dr. Renato de Almeida (membro externo ao Programa) e Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes (membro interno ao Programa), a fim de arguirem a mestranda **Natália Danielle Cordeiro Vitor** na defesa de sua dissertação de mestrado, cujo trabalho de pesquisa intitula-se **"Educação Ambiental na APA de Santo Antônio: uma análise da intervenção socioeducativa realizada com os membros do Conselho Gestor"**. Aberta a sessão pelo/a presidente/a da mesma, coube à candidata, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionado/a pelos/as membros/as da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias. Após reunião em sessão secreta, os/as membros/as da banca consideraram a dissertação:

(X) Aprovada com Louvor ( ) Aprovada ( ) Reprovada

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA BUONAVOGLIA COSTA PINTO
Data: 26/02/2025 09:24:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Alessandra Buonavoglia Costa Pinto
(UFSB/PPGCTA)
Orientador/a e Presidente/a da banca

Zanna Maria R. de Matos

Dra. Zanna Maria Rodrigues de Matos (UEFS)
Membra externa

Documento assinado digitalmente
RENATO DE ALMEIDA
Data: 26/02/2025 09:06:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Dr. Renato de Almeida (UFRB)
Membro externo

Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes (UFSB)
Membro interno

Documento assinado digitalmente
NATALIA DANIELLE CORDEIRO VITOR
Data: 25/02/2025 11:58:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Natália Danielle Cordeiro Vitor
discente

Webconferência, 25 de fevereiro de 2025.

PARECERES DA BANCA EXAMINADORA DE DEFESA:

(exceto presidente/a)

MEMBRO/A Dra. Zanna Maria Rodrigues de Matos	**SIGLA DA INSTITUIÇÃO**	**NOTA (0,0–10,0)**	**PARECER**
Dra. Zanna Maria Rodrigues de Matos	UEFS	10,0	Aprovada com louvor
Dr. Renato de Almeida	UFRB	10,0	Aprovada com louvor
Dr. Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes	UFSB	10,0	Aprovada com louvor
	CONCEITO FINAL	**10,0**	**Aprovada com louvor**

Conforme o Regimento Interno do PPGCTA (2021, p. 26):

> **Art. 86.** Cada membro(a) da banca, exceto a(o) presidenta(e), emitirá parecer por escrito e atribuirá nota entre 0,0 (zero) a 10,0 (dez), correspondente à apresentação e ao trabalho escrito da dissertação.
> § 1º. O conceito final resultará da média aritmética dos valores numéricos concedidos pelos membros da banca examinadora, sendo considerado aprovada(o) a(o) discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete).
> (...)

Em caso de **reprovação**, a banca deve indicar neste espaço as razões que embasaram tal decisão:

Outras **recomendações** da banca examinadora (OPCIONAL):
A banca ressalta que o texto está muito bem escrito e possui bom aprofundamento conceitual.
A banca recomenda: realizar revisão ortográfica do texto; trazer elementos técnicos para a introdução; lapidar o objetivo geral para melhor explicitá-lo; resumir o resumo da dissertação; padronizar o texto com as normas atuais da ABNT.

gov.br Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA BUONAVOGLIA COSTA PINTO
Data: 26/02/2025 09:22:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Alessandra Buonavoglia Costa Pinto (UFSB/PPGCTA)
Presidente/a da banca

Dedico este trabalho a memória dos meus queridos avós, José Tomé, Josefa de Lourdes e Adeval Francisco, e a minha amada avó Odete Maria, por serem pilares de amor, honra e inspiração em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus pela força, sabedoria e coragem que me sustentaram ao longo desta jornada.

À minha orientadora, Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto, cuja fala marcante no primeiro dia de aula, ainda como aluna especial, despertou em mim questionamentos sobre meu lugar no mundo. À minha coorientadora, Maria Cristina Nascimento Vieira, por seus valiosos ensinamentos sobre o impacto das ações de educação ambiental em um território. Os conselhos e críticas construtivas de ambas foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao meu companheiro Aloizio e à minha filha Luna, pelo apoio incondicional e por lidarem com minhas ausências ao longo dessa desafiadora trajetória acadêmica. Sem o suporte emocional de vocês, esta caminhada teria sido infinitamente mais difícil.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe Neliane e ao meu irmão Júnior, por estarem sempre na primeira fila torcendo por cada conquista minha. Aos meus irmãos de alma, Conceição e Fernando, pelo apoio constante desde o dia em que nos conhecemos e por compartilharem comigo os momentos mais felizes e os mais desafiadores da minha vida.

Aos amigos de Santa Cruz Cabrália/BA – Uda, Joval, Marlene, Eliane, Vanny, Antônio, Cris, Sergio e tantos outros – que, ao longo de quase dez anos, me ensinaram que a verdadeira felicidade está na simplicidade. Aos novos amigos de São Paulo – Carlos, Marcela e Anderson – por tornarem essa nova etapa ainda mais especial.

Aos colegas do PPGCTA e às instituições UFSB e IFBA, pelo compartilhamento de experiências e pelos momentos de aprendizado que enriqueceram este percurso.

Agradeço também, aos membros do Conselho Gestor da APA de Santo Antônio, pela colaboração e disponibilidade em contribuir para este trabalho.

Por fim, minha gratidão a todos que, de maneira direta ou indireta, deixaram sua marca na realização deste estudo.

“Penso que não somos felizes em uma cidade e nem nos sentimos seus habitantes porque nascemos “ali”, porque viemos viver “ali”, porque moramos em algum lugar “dali”. Somos felizes “aqui” e nos sentimos moradores de uma casa, pessoas de uma rua, habitantes de uma cidade, porque elas nos habitam. Porque de algum modo vivem em nós, mesmo quando estamos muito longe e tudo “aquilo” é um querido “lá” que nos espera de volta” (Brandão, 2017).

VITOR, Natália Danielle Cordeiro. **Educação ambiental na APA de Santo Antônio:** uma análise da intervenção socioeducativa realizada com os membros do conselho gestor. Orientadora: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Universidade Federal do Sul da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, 2025.

RESUMO

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Santo Antônio é uma Unidade de Conservação de uso sustentável que foi instituída através do Decreto Estadual nº 3.413/1994 e tem como objetivo conservar o ecossistema litorâneo que se estende da foz do rio João de Tiba até a foz do rio Jequitinhonha, abrangendo os municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte/BA. A APA de Santo Antônio é administrada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA), possui plano de manejo datado de 1996 e um Conselho Gestor (CG) consultivo empossado em 20/10/2022 pela Portaria n.º 27.202/2022, o qual é formado por representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e de empreendedores locais. Destaca-se como estratégia fundamental para fortalecimento do CG a expansão e consolidação da Educação Ambiental (EA), a qual estimula reflexões profundas sobre a urgente necessidade de transformação, além de subsidiar a construção de conhecimentos capazes de promover e qualificar a participação da sociedade. A EA auxilia, ainda, na compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, as quais envolvem aspectos ecológicos, políticos, sociais, econômicos, históricos, culturais, éticos e pedagógicos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi analisar os resultados do processo formativo ambientalista deflagrado junto aos membros do CG da APA de Santo Antônio, o qual pretendeu promover uma consciência ética sobre as questões socioambientais locais. Para tal, foi realizada uma pesquisa-ação de natureza qualitativa. Inicialmente, foram conduzidas análises documentais e bibliográficas, além de uma revisão da legislação pertinente. Houve participação ativa nas plenárias, nas quais, por meio de oficinas, palestras e debates, buscou-se construir coletivamente uma compreensão socioambiental do território. Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os conselheiros e conselheiras, analisadas as informações existentes no diário de campo e nas atas das plenárias realizadas entre dezembro de 2022 a julho de 2024. Realizou-se, ainda, a Análise Textual Discursiva (ATD), a partir da unitarização das falas das entrevistas semiestruturadas com intuito de gerar unidades de significado com base nas compreensões capturadas. Por fim, utilizou-se a técnica de triangulação de dados para integrar e analisar todas as informações coletadas. Os resultados revelaram tanto potencialidades, como a gestão participativa incentivada pela gestora da APA, quanto desafios, como a oscilação na participação e a falta de infraestrutura. Fortalecer mecanismos de gestão, continuar o processo de construção de conhecimento e revisar o plano de manejo são essenciais para consolidar a atuação do CG. A gestão participativa se mostrou crucial para equilibrar conservação ambiental, desenvolvimento local e bem-estar comunitário.

Palavras-chave: Santa Cruz Cabrália; Belmonte; unidade de conservação; gestão participativa; formação continuada.

VITOR, Natália Danielle Cordeiro. **Environmental education at the Santo Antônio EPA:** an analysis of the socio-educational intervention carried out with the management council's members. Advisor: Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto. 2024. Dissertation (Master's in Environmental Science & Technology) – Universidade Federal do Sul da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Porto Seguro, 2024.

ABSTRACT

The Environmental Protection Area (EPA) of Santo Antônio is a Sustainable Use Conservation Unit established by State Decree nº 3.413/1994, with the goal of preserving the coastal ecosystem that stretches from the mouth of the João de Tiba River to the mouth of the Jequitinhonha River, covering the municipalities of Santa Cruz Cabrália and Belmonte, Bahia. The EPA of Santo Antônio is managed by the Institute of Environment and Water Resources of the State of Bahia (INEMA). It has a management plan dated 1996 and a consultative Management Council (MG) established on 10/20/2022 by Ordinance nº 27.202/2022, composed of representatives from public agencies, civil society, and local entrepreneurs. A key strategy for strengthening the MG is the expansion and consolidation of Environmental Education (EE), which stimulates deep reflections on the urgent need for transformation and supports the development of knowledge capable of promoting and enhancing societal participation. EE also aids in fostering an integrated understanding of the environment and its multiple and complex relationships, which involve ecological, political, social, economic, historical, cultural, ethical, and pedagogical aspects. Thus, the aim of this study was to analyze the results of the environmentalist training process conducted with the members of the MG of the EPA of Santo Antônio, which sought to promote ethical awareness regarding local socio-environmental issues. To this end, a qualitative action research approach was carried out. Initially, documentary and bibliographic analyses were conducted, along with a review of relevant legislation. Active participation took place in the plenary sessions, during which, through workshops, lectures, and debates, the aim was to collectively build a socio-environmental understanding of the territory. Subsequently, semi-structured interviews were conducted with the council members, and data from the field diary and plenary session minutes (from December 2022 to July 2024) were analyzed. A Discursive Textual Analysis (DTA) was also performed, unifying the statements from the semi-structured interviews in order to generate meaning units based on the captured understandings. Finally, the data triangulation technique was used to integrate and analyze all the collected information. The results revealed both potentialities, such as the participatory management encouraged by the EPA manager, and challenges, such as fluctuating participation and lack of infrastructure. Strengthening management mechanisms, continuing the knowledge-building process, and revising the management plan are essential to consolidating the MG's role. Participatory management proved crucial to balancing environmental conservation, local development, and community well-being.

Keywords: Santa Cruz Cabrália; Belmonte; conservation unit; participative management; continuing education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais Marcos na Criação do SNUC 22
Figura 2 - Abrangência do PRODETUR 26
Figura 3 - Posicionamento geográfico APA de Santo Antônio 27
Figura 4 - Representação gráfica das etapas de elaboração do plano de manejo 29
Figura 5 - Ilustração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA de Santo Antônio 32
Figura 6 - Caracterização dos principais cursos d'água existentes na APA de Santo Antônio. 35
Figura 7 - Caracterização da vegetação existente na APA de Santo Antônio 37
Figura 8 - Folder de divulgação da eleição do Conselho Gestor 43
Figura 9 – Processo contínuo de análise durante a escrita 57
Figura 10 – Esquema ilustrativo da triangulação de dados utilizada na pesquisa 59
Figura 11 - Número de participantes nas plenárias ocorridas entre dezembro/2022 e agosto/2024 61
Figura 12 - Número de participação em plenárias pelas instituições homologadas no CGAPASA 63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias e Zoneamento previstos no PM da APA de Santo Antônio 30

Quadro 2 – Comparação entre os resultados do Ideb nos municípios que abrange a APA de Santo Antônio 39

Quadro 3 - Principais desafios/problemas apontados na reunião preparatória para o CGAPASA, em 29 e 30/06/2022 43

Quadro 4 - Principais soluções apontados na Reunião Preparatória para o CGAPASA, em 29 e 30/06/2022 45

Quadro 5 - Relação dos principais documentos e legislações considerados no estudo 52

Quadro 6 - Temas das intervenções formativas abordada durante as plenárias 54

Quadro 7 - Instituições que participaram das entrevistas semiestruturadas 56

Quadro 8 - Unitarização e categorização na Análise Textual Discursiva 70

Quadro 9 – Síntese da análise do conselho gestor a partir das dimensões e indicadores da PPEA 72

LISTA DE SIGLAS

ANPEEA	Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental
APA	Área de Proteção Ambiental
ATD	Análise Textual Discursiva
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CG	Conselho Gestor
CGAPASA	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio
CGEUC	Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODETUR	Coordenação de Desenvolvimento do Turismo
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CTVR	Central de Tratamento e Valorização de Resíduos
DERBA	Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia
DISUC	Diretoria de Sustentabilidade e Unidades de Conservação
EA	Educação Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
NUPEEA	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental / UFSB
PDDU	Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano
PEA	Programa de Educação Ambiental
PEEA/BA	Política Estadual de Educação Ambiental da Bahia
PLANARQ	Planejamento Ambiental e Arquitetura Ltda.
PMMA	Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPEA	Políticas Públicas de Educação Ambiental

PPGCTA	Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais
PRODETUR/BA	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidade de Conservação
UFSB/CSC	Universidade Federal do Sul da Bahia / Campus Sosígenes Costa
ZAE	Zona de Atividades Econômicas Diversificadas
ZAP	Zona de Agropecuária
ZAT	Zona de Apoio Turístico
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZER	Zona de Expansão Urbana Rarefeita
ZEU	Zona de Expansão Urbana Prioritária
ZEU - E1	Zona de Expansão Urbana Especial 1
ZEU- E2	Zona de Expansão Urbana Especial 2
ZEU- E3	Zona de Expansão Urbana Especial 3
ZIR	Zona de Intervenção Restrita
ZME	Zona de Manejo Especial
ZOM	Zona de Orla Marítima
ZOR	Zona de Ocupação Rarefeita
ZOR-E	Zona de Ocupação Rarefeita Especial
ZPR	Zona de Proteção Rigorosa
ZPR-E	Zona de Proteção Rigorosa Especial
ZPVS	Zona de Preservação da Vida Silvestre
ZUP	Zona de Urbanização Prioritária

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 16
1 INTRODUÇÃO 19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 21
2.1 Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) 21
2.2 APA de Santo Antônio 25
2.3 Educação Ambiental e a Gestão Participativa 46
3 OBJETIVOS 50
3.1 Objetivo geral 50
3.2 Objetivos específicos 50
4 PERCURSO METODOLÓGICO 51
4.1 Levantamento bibliográfico e documental 51
4.2 Observação Participante 52
4.3 Intervenções Formativas 53
4.4 Entrevistas semiestruturadas 55
4.5 Análise Textual Discursiva 57
4.6 Triangulação 58
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO 60
5.1 Análise da participação nas plenárias 60
5.2 Análise das entrevistas semiestruturadas 64
5.3 Análise dos resultados com base nos indicadores da PPEA 71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 78
REFERÊNCIAS 80
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada 88
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 89
APÊNDICE C – Termo de Autorização imagem e som de voz 90
ANEXO A – Zoneamento Ecológico-Econômico da APA de Santo Antônio 91
ANEXO B - Declaração de Dispensa de Autorização para Realização de Pesquisa Cientifica em Unidade de Conservação nº 00094937169 92

APRESENTAÇÃO

A jornada para o autoconhecimento é composta por várias etapas de (re)descobertas que podem ser desafiadoras. Ao longo dessa caminhada, chamada "vida", nem sempre conseguimos diferenciar o começo, meio e fim dos desafios que surgem ao nosso redor.

Há quem prefira a passividade diante do caos, há quem se levante e vá à luta e, ainda, há quem escolha observar o mundo de uma perspectiva romântica. São tantas possibilidades de se encontrar que existem dúvidas no momento de escolher qual dos caminhos é melhor ou pior, certo ou errado.

Por muitas vezes, a região de nascimento, condição financeira e, até mesmo, o sexo biológico exigem que seja forjado um "falso" ser humano capaz de ocultar sentimentos ou possuir uma força incompatível com sua essência. Diante desse turbilhão de emoções e vivências a educação surge como um alento, um poderoso instrumento de transformação, empoderamento e libertação. Sua capacidade de formar indivíduos conscientes e preparados para compreender e transformar a própria realidade, bem como o ambiente ao seu redor, pode ser considerada fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Em uma educação com visão transformadora, o ser humano está em constante processo de (des)aprendizagem, consciente de sua condição inacabada e da necessidade de aprender continuamente, construir conhecimentos, interagir e dialogar com o outro.

> *"a educação como prática da liberdade não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; [...] Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos"* (Freire, 2001).

Foi com esse espírito transformador que, vinda de uma família com poucas oportunidades de acesso à educação, recebi de minha mãe o incentivo para romper barreiras, acreditando firmemente que a educação seria a chave para conseguir oportunidades e ampliar horizontes.

A paixão simultânea pela natureza e pela engenharia me conduziu ao universo da Engenharia Florestal. Durante o curso, aprendi sobre fisiologia vegetal, interações ecológicas e solos, mas principalmente sobre o uso econômico da floresta, tanto para recursos madeireiros quanto não madeireiros.

Após concluir a graduação, dediquei 15 anos à fiscalização e ao gerenciamento ambiental de obras de infraestrutura, como a duplicação de rodovias, construção de hidrelétricas, recuperação de quebra-mares e dragagem em portos, instalação de complexo automotivo, entre outros. Além disso, atuei na elaboração e execução de programas ambientais, com destaque para projetos de recuperação de áreas degradadas.

No entanto, ao longo dessa trajetória no mundo corporativo, percebi que a "engenharia" frequentemente prevalecia sobre o "florestal", assim como a área social era frequentemente negligenciada, revelando uma lacuna significativa em relação às questões socioambientais. Embora iniciativas socioambientais fossem mencionadas em alguns documentos, elas pareciam pertencer a uma esfera distante da realidade prática das obras, alcançando apenas um número restrito de indivíduos.

Foi apenas quando me vi perdida pelo ritmo avassalador do trabalho, sobrecarregada por tarefas e tomada pela constante sensação de insuficiência, que me perguntei: em que momento o “fazer tudo” se tornou mais importante do que o “fazer o certo”? Essa reflexão foi dolorosa, mas essencial para o meu crescimento pessoal. Foi nesse momento que me lembrei de uma frase que minha mãe sempre repetia: “Só a educação transforma”. Percebi, então, que era hora de mudar, iniciando um processo de (des)aprendizagem. E, essa tomada de consciência foi essencial para reconhecer a necessidade de desconstruir antigos padrões e construir novos caminhos.

> *“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e as suas circunstâncias”* (Freire, 1979).

O primeiro passo para essa transformação foi o retorno à universidade (UFSB), que me proporcionou o encontro com a professora Alessandra Buonavoglia Costa-Pinto e a educadora ambiental Maria Cristina Nascimento Vieira e, por meio delas, com a educação ambiental. A profundidade dos textos e diálogos vivenciados abriram uma janela para uma nova forma de enxergar o mundo. A educação ambiental revelou-se não apenas como um campo de conhecimento, mas como uma prática transformadora, capaz de me reconectar às questões socioambientais deixadas para trás.

Foi então que ao mergulhar nesse universo, compreendi que a educação ambiental não se limita a transmitir informações sobre o meio ambiente, mas promover estímulo à construção de uma consciência crítica e a mobilização para a ação. Desafiada a repensar minhas atitudes, meus valores, minha relação com a natureza e com os outros. Como enfatiza Freire (2002), "*a conscientização não se reduz à transferência de conhecimentos, mas à criação de possibilidades para a sua construção*" – e foi exatamente isso que vivenciei.

Através da educação ambiental, percebi o potencial de unir o técnico ao humano, de resgatar a dimensão social que tantas vezes foi negligenciada no meu percurso profissional. Reforçando em mim a crença de que a transformação socioambiental começa com a mudança de mentalidades, e só assim, me (re)encontrando, pude reconhecer na educação ambiental a chave para cultivar essa transformação de forma coletiva e duradoura.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica dos municípios de Santa Cruz Cabrália (Bahia, 2016) e Belmonte (Bahia, 2017), em meados dos anos 2000, ações voltadas à educação ambiental eram pontuais e sem continuidade, o que comprometia o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação às questões socioambientais entre a população residente. Especialmente, por ser uma região rica em diversidade natural e cultural e que enfrenta grandes desafios ambientais, principalmente relacionado a expansão imobiliária desordenada dentro dos limites das Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Santo Antônio.

Em 2018, um marco importante para o município de Santa Cruz Cabrália foi a articulação do Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental nas APA de Coroa Vermelha e de Santo Antônio. Essa iniciativa resultou de uma parceria entre a Diretoria de Sustentabilidade e Conservação do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (DISUC/INEMA), o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental da Universidade Federal do Sul da Bahia (NUPEEA/UFSB), as secretarias municipais de Meio Ambiente e Educação, o Fórum Municipal de Educação, e os Conselhos Municipais de Educação e Meio Ambiente, todos do município de Santa Cruz Cabrália.

Esse Programa visava não apenas formar educadores ambientais, mas também integrar a educação ambiental nas escolas e comunidades de maneira contínua e estruturada. Na Fase I do Programa, realizada no ano de 2019, trinta educadoras/es ambientais foram capacitadas/os, abrangendo diversos setores do município, incluindo professores, gestores e líderes comunitários. Isso permitiu uma troca de conhecimentos entre esses atores e uma maior sensibilização sobre as questões socioambientais locais, como o uso sustentável do território e a importância da conservação da biodiversidade. Tratou-se da implementação de uma abordagem participativa um dos maiores legados da Fase I, pois incentivou o engajamento de diferentes atores na construção de soluções para os desafios ambientais do município.

Após a pandemia de COVID, em 2022, iniciou-se a articulação para dar início à Fase II do Programa, cujo objetivo principal era implementar os projetos idealizados na Fase I. No entanto, essa fase enfrentou inúmeros desafios, principalmente devido à falta de apoio financeiro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália, o que dificultou a continuidade dos projetos. Um exemplo de projeto bem-sucedido, mesmo diante das

dificuldades, foi a capacitação dos professores da Escola Municipal Filogônio Santos de Alcântara, no distrito de Guaiú, em Santa Cruz Cabrália. A iniciativa não apenas superou os desafios iniciais, mas também obteve resultados significativos ao transcender os limites da escola, envolvendo alunos e a comunidade em ações práticas e transformadoras de educação ambiental.

Em paralelo ao desenvolvimento do Programa, algumas instituições sem fins lucrativos locais enfatizavam a importância de incorporar a educação ambiental como uma ferramenta estratégica para fomentar o protagonismo social, fortalecer os vínculos entre a comunidade e os territórios protegidos, e promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável de forma inclusiva e participativa. Foi nesse cenário de diálogos e articulações entre os atores locais, órgãos públicos municipais e estaduais que foi identificada a necessidade de reativar o Conselho Gestor da APA de Santo Antônio (CGAPASA), que passaria a servir como um espaço para a exposição de demandas e a denúncia de irregularidades ambientais no território da APA de Santo Antônio.

Atendendo aos anseios da comunidade, o INEMA como órgão responsável pela gestão das unidades de conservação estaduais na Bahia convocou, entre julho e setembro de 2022, representantes dos três níveis de governo, da sociedade civil e de empreendedores locais para eleger os membros do Conselho Gestor para o biênio 2022/2024. Após os trâmites legais, reuniões e oficinas, a Portaria nº 27.2022 foi publicada em 20 de outubro de 2022, nomeando os conselheiros titulares e suplentes do CGAPASA.

A proposta desta pesquisa surgiu no contexto da articulação e retomada do CGAPASA, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do pensar e fazer dos conselheiros e conselheiras. Desenvolvida entre dezembro de 2022 e agosto de 2024, a pesquisa analisou os resultados da intervenção socioeducativa realizada com os membros do conselho. Ressalta-se que esta pesquisa está inserida na área de concentração Gestão, Política e Manejo Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA/UFSB) e vinculada ao NUPEEA, além de fazer parte das ações do Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental nas APA de Coroa Vermelha e Santo Antônio.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é uma parte crucial da dissertação, pois oferece o embasamento necessário para situar a pesquisa no campo de estudo. Aprofunda o tema por meio da análise de teorias e conceitos de autores relevantes, além de sustentar hipóteses e objetivos, conecta o conhecimento existente às novas contribuições da pesquisa, promovendo um diálogo crítico com os principais estudos da área (Severino, 2013).

2.1 Sistema de Unidades de Conservação (SNUC)

2.1.1 Breve histórico

O estabelecimento de Unidades de Conservação (UC) no Brasil, especialmente entre o início e meados do século XX, foi fortemente moldado por circunstâncias políticas e aspectos estéticos. Nesse contexto, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), criada em 1958, desempenhou um papel fundamental na promoção dos esforços de conservação, refletindo a importância dos conservacionistas e das organizações não governamentais da época (Souza; Franco; Drummond, 2024).

Foi somente a partir da década de 1970 que a criação dessas unidades passou a ser orientada por um planejamento mais eficaz e abrangente. A preocupação com a implementação de um sistema nacional de unidades de conservação não se limitava ao Brasil, mas integrava um movimento global impulsionado por debates internacionais sobre parques e reservas naturais e apoiado por organizações como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (Mercadante, 2001).

A elaboração do projeto de lei pela Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), por encomenda do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1988, foi um momento crucial na história dos esforços de conservação brasileiros. Isso marcou o início de uma abordagem estruturada para a conservação da biodiversidade por meio do estabelecimento de UC (Catojo; Jesus, 2022).

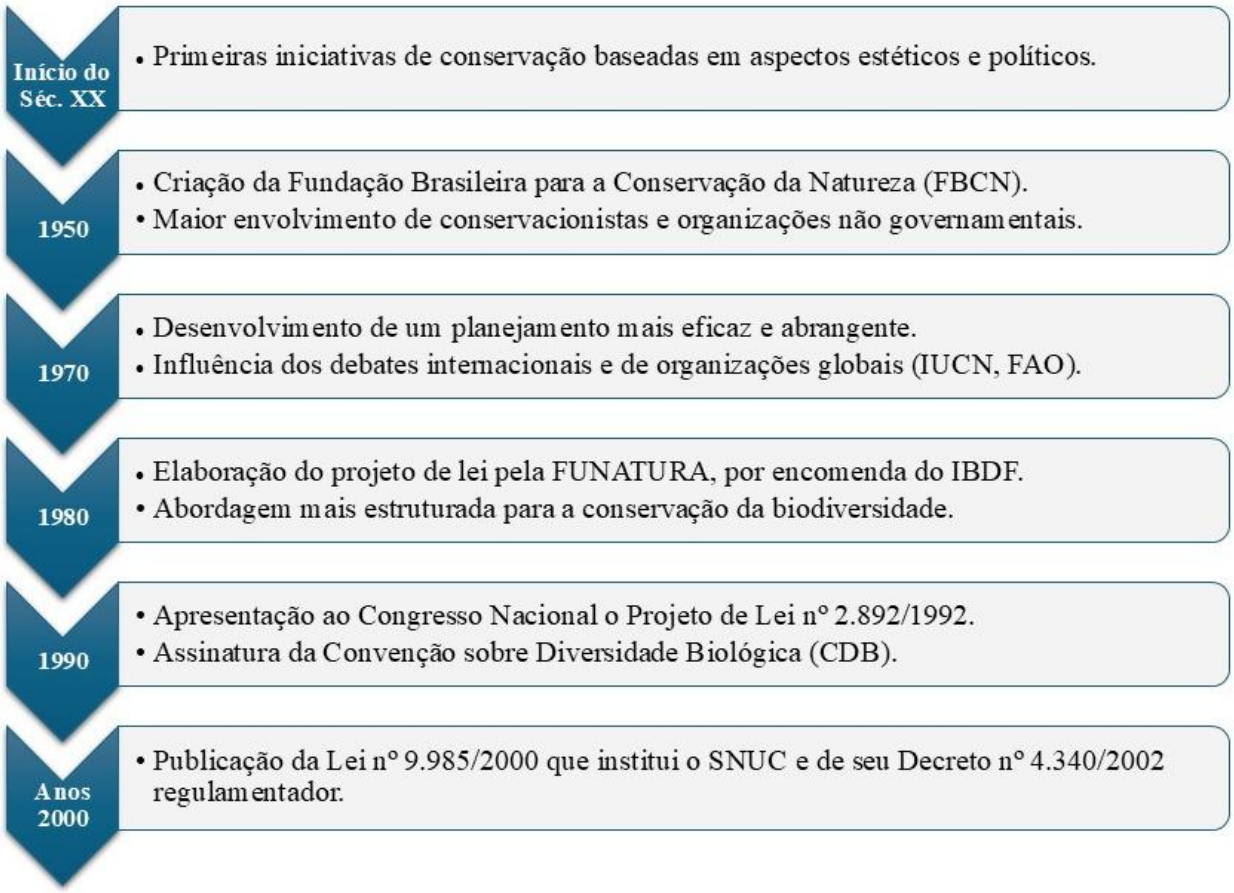
Em 1992, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.892, com o objetivo de criar um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, iniciativa que ganhou maior relevância com a assinatura na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (Orlando;

Kerbauy, 2013). A CDB foi estabelecida em 1992 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a "Cúpula da Terra" no Rio de Janeiro. Trata-se de um tratado internacional abrangente, criado para combater a crescente perda de biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável. Seus principais objetivos incluem a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus recursos e a partilha justa e equitativa dos benefícios derivados dos recursos genéticos (Munson, 2023).

Após oito anos de intensas discussões e estudos, o projeto foi reformulado e substituído por uma nova proposta. Finalmente, no ano 2000 o Congresso Nacional promulgou a Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o SNUC (Brasil, 2000), a qual foi regulamentada dois anos depois através do Decreto Federal nº 4.340, de 22/08/2002 (Brasil, 2002).

A seguir, apresenta-se um fluxograma que ilustra os principais marcos históricos que culminaram na criação do SNUC (Figura 1).

Figura 1 – Principais Marcos na Criação do SNUC



Fonte: A autora, 2024.

O SNUC definiu as UCs como áreas que possuem “características naturais relevantes”, contudo, é sabido que tais características desencadeiam uma série de imposições contrárias à sua real existência, sobretudo decorrentes da especulação imobiliária, enfatizada pelo desejo dos mais ricos em residir num ambiente mais próximo da natureza e longe da poluição dos grandes centros urbanos (Masullo; Gurgel; Laques, 2018).

As UCs estão divididas em duas categorias: as Unidades de Proteção Integral que objetivam a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; e as Unidades de Uso Sustentável que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais (Brasil, 2000). Essas duas categorias são modelos orientados pela influência das correntes que dividiram o movimento ambientalista norte-americano no final do século XIX: o preservacionismo e o conservacionismo (Xavier, 2018).

As Unidades de Proteção Integral subdividem-se em cinco grupos: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios da Vida Silvestre. Enquanto as Unidades de Uso Sustentável subdividem-se em sete grupos: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Brasil, 2000).

É notável que, apesar do estabelecimento do SNUC, a implementação e o gerenciamento efetivos das ações de conservação ainda enfrentam sérias dificuldades. Isso se deve a diversos fatores, como a falta de recursos financeiros e humanos adequados, a insuficiência de infraestrutura nas unidades de conservação, e a presença de interesses conflitantes entre os diversos atores envolvidos, como empresas, governos e comunidades locais (Cerezini; Castro, 2022).

Dentro das UCs de uso sustentável destacamos as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que desde a sua idealização possuem objetivos desafiadores como proteger a diversidade biológica, regular o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

2.1.2 Desafios das Áreas de Proteção Ambiental

No Brasil, a concepção de Áreas de Proteção Ambiental (APA) foi inspirada nos Parques Naturais ou Nacionais de países da Europa Ocidental, onde a conservação ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas coexistiam na mesma região, evitando a necessidade de altos custos com desapropriações (Orlando; Kerbauy, 2013).

O primeiro conceito de APA foi instituído por meio da Lei nº 6.902, de 27/04/1981, a qual dispôs sobre a criação de Estações Ecológicas e APA (Brasil, 1981). Nesta mesma lei em seu Art. 8º era estabelecido que "*o Poder Executivo, quando houver relevante interesse público, poderá declarar determinadas áreas do Território Nacional como de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais*".

Ainda segundo a Lei nº 6.902/1981, em seu Art. 9º, deixa claro que a criação de uma APA não tinha o objetivo de isolar vastas áreas territoriais de qualquer atividade econômica, mas sim de estabelecer diretrizes que restringem ou proíbem determinadas práticas, tais como: *a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas; d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional.*

Outra definição de APA foi estabelecida pela Resolução CONAMA nº 10 (Brasil, 1988) (posteriormente revogada pela Resolução CONAMA n° 428/2010), que as caracterizou como áreas destinadas à proteção e conservação da qualidade ambiental e dos sistemas naturais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população local e preservar os ecossistemas regionais. Segundo Orlando e Kerbauy (2013), essas premissas foram mantidas pelo SNUC, que preservou mecanismos previstos em legislações anteriores, como a possibilidade de APA existirem em terras públicas ou privadas, impondo restrições de direito administrativo sobre a propriedade privada (respeitando os limites constitucionais), a viabilidade de pesquisas científicas e visitação pública nas áreas sob domínio público.

Em geral as APA são áreas extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a

qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (Brasil, 2000). Estabelecem um modelo de gestão territorial que visa a conservação do meio e à livre iniciativa econômica no seu território, que podem ser estabelecidas no próprio ato de constituição da APA ou, posteriormente, por um zoneamento estabelecido no Plano de Manejo (Santos, 2008).

Segundo Jeronymo (2019) uma dificuldade na gestão das APA é que o SNUC e seu decreto regulamentador não apresentam critérios específicos de controle ou restrições territoriais. Até 2010, esses quesitos dependiam quase exclusivamente dos critérios estabelecidos na Resolução CONAMA nº 10/1988 (Brasil, 1988), a qual foi revogada e substituída pela Resolução CONAMA nº 428/2010 (Brasil, 2010). Esta nova resolução, no entanto, não aborda completamente a temática do instrumento anterior (Jeronymo, 2019). Assim, cabe ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), contido nos planos de manejo das APA – quando aprovados e regulamentados – estabelecer as restrições específicas em seus territórios. O problema é que, segundo o Painel de Unidades de Conservação Brasileira (Ministério do Meio Ambiente, 2025), apenas 27,52% das 509 APA existentes no Brasil possuem Planos de Manejo, muitos dos quais não estão atualizados, evidenciando os grandes desafios da implementação dos instrumentos de gestão desses territórios.

Cita-se, ainda, como desafio relevante o processo de criação de uma APA, pois nem sempre envolve a participação da comunidade local. Na maioria dos casos, a sua implementação é decidida em gabinetes, com base em recomendações técnicas que muitas vezes ignoram ou desconsideram os conhecimentos e a vivência da população local (Orlando; Kerbauy, 2013).

Além disso, destacam-se como desafios estruturais na gestão das APA questões relacionadas ao órgão gestor da Unidade de Conservação, que enfrenta orçamentos limitados, um quadro insuficiente de servidores e a falta de infraestrutura mínima para implementar ações de educomunicação e educação ambiental.

2.2 APA de Santo Antônio

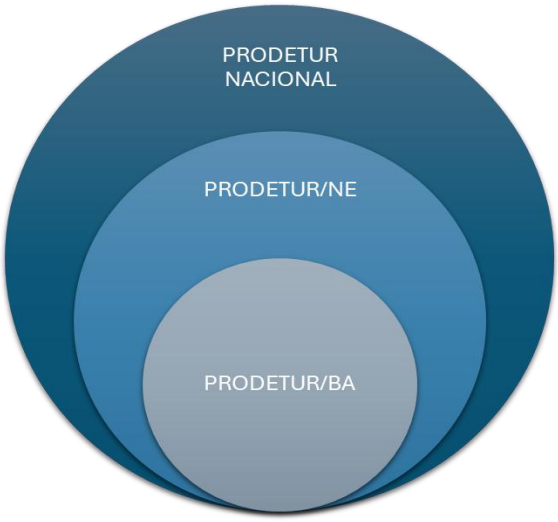
2.2.1 Histórico de Criação

No início da década de 1990, o Governo do Estado da Bahia aderiu ao Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE) financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciando assim o PRODETUR/BA I (Figura 2). O programa visava criar condições favoráveis à expansão e à melhoria da qualidade da atividade

turística, além de elevar a qualidade de vida das populações dos municípios beneficiados (Paiva, 2010).

De forma resumida, o PRODETUR/NE em sua fase I privilegiou a infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao turismo como instalação ou ampliação de aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico, gerando um aquecimento da economia das localidades turísticas. Os resultados satisfatórios do PRODETUR/NE I e o cenário de sucesso motivaram a concepção do PRODETUR/NE II, que tinham metas mais arrojadas para as obras infraestruturais, saneamento, transportes, urbanização, proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional dos estados e municípios (Paiva, 2010).

Figura 2 - Abrangência do PRODETUR



Fonte: A autora, 2024.

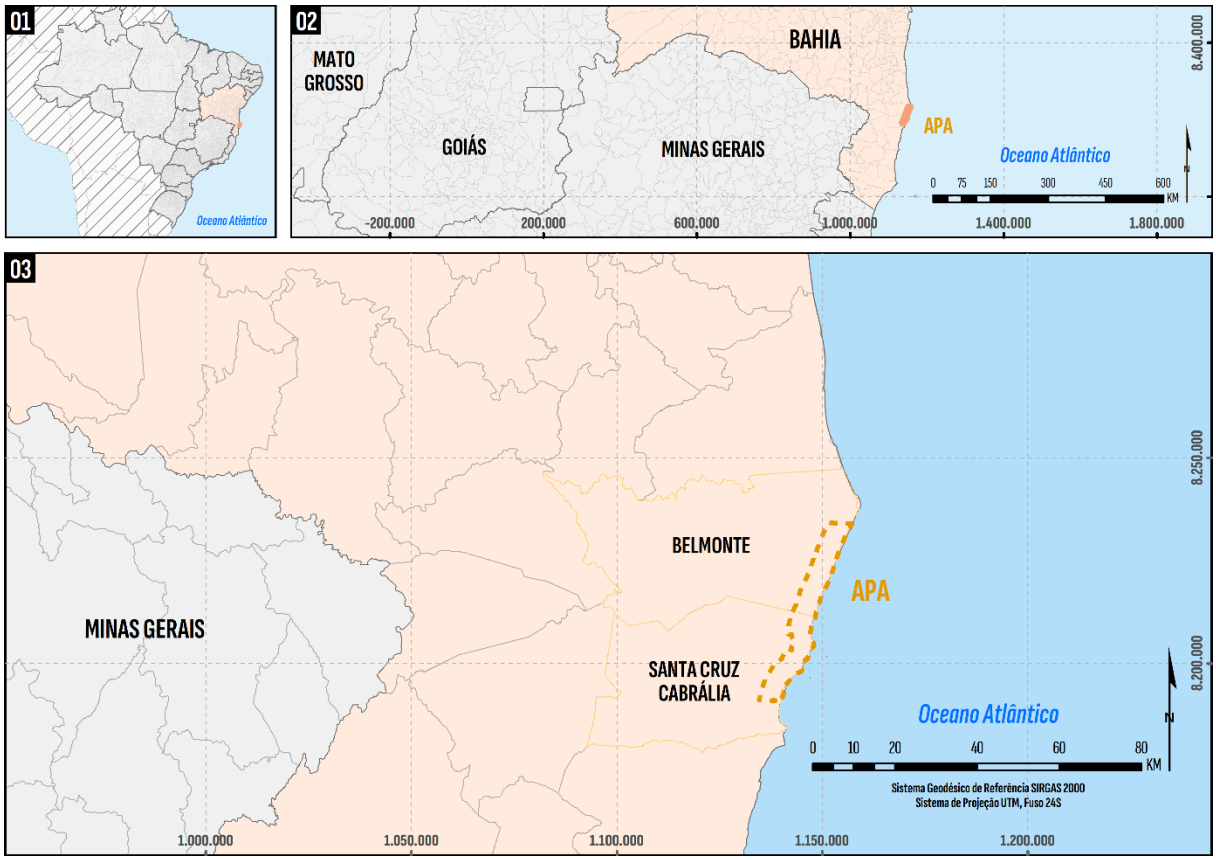
Nesse contexto, e reconhecendo a riqueza de recursos naturais, culturais e o vasto patrimônio histórico do sul da Bahia, o governo estadual, diante da crise do cacau dos anos 1990, apresentou o 'turismo' como uma alternativa econômica, selecionando a Costa do Descobrimento como zona prioritária para integrar o PRODETUR/BA I. Assim, as premissas estabelecidas pelo Programa representaram os primeiros passos para a implementação de algumas APA na região (Bahia, 2002).

No âmbito do PRODETUR/BA I, a criação de áreas voltadas à conservação e recuperação do ambiente natural e cultural, como a APA de Santo Antônio, surgiu inicialmente do reconhecimento, pelo órgão ambiental estadual, da importância da conservação ambiental. A valorização dos recursos naturais foi entendida como um atrativo para visitantes e um fator

crucial para o desenvolvimento regional. Além disso, destaca-se a ênfase atribuída à qualidade ambiental, orientada pelas metas e objetivos estabelecidos pelos bancos financiadores do Programa (Bahia, 1996).

Nesse contexto, a APA de Santo Antônio foi criada em 1994, através do Decreto Estadual nº 3.413, em uma área de 23.000 ha, situada no trecho litorâneo dos municípios de Belmonte e Santa Cruz Cabrália, tendo como limites ao norte, 2,5 km da sede do município de Belmonte; ao sul a foz do rio João de Tiba; a leste o Oceano Atlântico; e a oeste numa linha equidistante 5 km da preamar. Atualmente a APA é administrada pelo INEMA e apresenta-se como uma das mais importantes unidades de conservação existentes na região da Costa do Descobrimento, pois ainda conserva fragmentos de Mata Atlântica e ecossistemas associados (restingas, várzeas, matas ciliares, brejos e manguezais) (Figura 3).

Figura 3 - Posicionamento geográfico APA de Santo Antônio



Fonte: A autora, 2024.

Ainda no âmbito do PRODETUR/BA I, foram realizadas ações significativas para a efetiva implantação da APA de Santo Antônio, como as articulações para o decreto de criação, a elaboração do Plano de Manejo (PM) e a aprovação do ZEE nas respectivas câmaras

municipais, além da mobilização para a instalação do primeiro Conselho Gestor (CG) (Bahia, 2002).

Entretanto, o poder público estadual, responsável por implementar as medidas necessárias para que a APA de Santo Antônio alcançasse seu objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no território, não cumpriu com as ações planejadas. Essas medidas incluíam investimentos na ampliação do quadro de servidores, capacitação, aquisição de materiais e a construção de uma sede para funcionar como centro de fiscalização da APA. Essa sede deveria também atuar como um Centro de Informações Turístico-Ambientais, atendendo a comunidade, turistas e empresários fornecendo informações sobre zoneamento e restrições, além de desempenhar um papel central na promoção de ações de educação ambiental (Bahia, 2002). Contudo, essas iniciativas não foram efetivamente realizadas, comprometendo o alcance dos objetivos propostos para a APA.

2.2.2 Plano de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico

De acordo com o Art. 27 da Lei nº 9.985/2000, toda UC deve, obrigatoriamente, dispor de um Plano de Manejo (PM). Segundo Barros e Leuzinger (2018), essa obrigatoriedade se justifica pela importância do PM para a implementação e gestão eficaz da UC. O PM é um documento técnico que, com base nos objetivos gerais da unidade, define o zoneamento, as normas para o uso do solo e o manejo dos recursos naturais. Além disso, o PM deve prever a implantação das estruturas físicas necessárias para a administração da unidade (Brasil, 2000).

É fundamental que esses PMs sejam elaborados e revisados periodicamente de forma a refletir a diversidade das forças sociais presentes e atuantes na UC e em seu entorno (Brasil, 2015). Dessa maneira, o PM contribui efetivamente para a materialização de uma gestão inclusiva e adaptada às realidades locais.

O PM da APA de Santo Antônio foi elaborado em 1996 pela empresa Planejamento Ambiental e Arquitetura Ltda. (PLANARQ) sob a administração da antiga Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, por meio da Coordenação de Desenvolvimento do Turismo (CODETUR). O documento foi apresentado em dois volumes, o volume I contendo os textos, e o volume II com as peças gráficas.

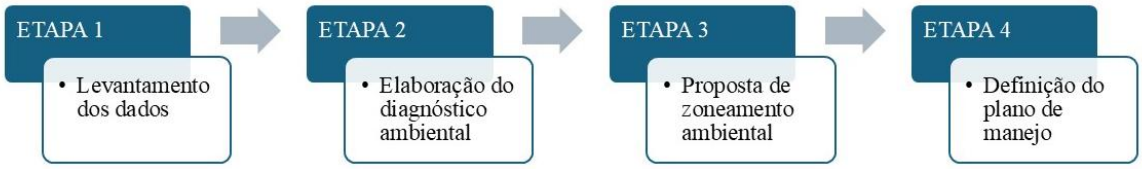
A elaboração do PM foi necessária para regulamentar o uso e a ocupação do solo na APA de Santo Antônio, seguindo diretrizes que buscaram conciliar a preservação dos recursos

ambientais com o desenvolvimento econômico e apresentavam os seguintes objetivos específicos para orientar o manejo da área:

> *Os principais objetivos incluíram (Bahia, 1996):*
> – *conhecer a situação atual dos recursos naturais da área e circunvizinhança;*
> – *estabelecer, a partir de um zoneamento ecológico-econômico, critérios e normas para o disciplinamento do uso e ocupação para cada tipo de zona definida;*
> – *propor um plano para gestão futura da área, buscando a participação dos diversos agentes e atores envolvidos, de forma a incentivar seu desenvolvimento econômico em equilíbrio com a preservação ambiental, evitando e/ou minimizando eventuais conflitos.*

Apesar do SNUC não exigir zona de amortecimento para as APA, o PM também considerou os aspectos socioambientais do entorno imediato da APA de Santo Antônio, uma vez que seu território abrange dois rios de importância microrregional: o Santo Antônio e o João de Tiba. Dessa forma, ações externas que afetem os recursos naturais dessas bacias poderiam comprometer a preservação e o gerenciamento da unidade. A elaboração do PM teve quatro etapas (Figura 4).

Figura 4 - Representação gráfica das etapas de elaboração do plano de manejo



Fonte: A autora, 2024.

Por ser um documento multidisciplinar, participaram de sua elaboração advogados, geólogos, sociólogos, biólogos, economistas, entre outras formações. Foram consultados, também, vários órgãos municipais, estaduais e federais, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), os extintos Centro de Recursos Ambientais (CRA) e Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA) e as Secretarias do Meio Ambiente Municipais de Santa Cruz Cabrália e Belmonte.

Para definição do ZEE, foram cruzados os dados coletados na fase de diagnóstico e considerados alguns requisitos específicos para a delimitação das zonas, como a legislação

ambiental vigente, a qualidade ambiental da área, as perspectivas socioeconômicas da região, além das aspirações e expectativas dos diferentes segmentos das comunidades residentes.

Na ocasião de sua elaboração o PM ordenou a APA de Santo Antônio em três grandes categorias, subdividindo-as em quinze áreas de uso (Quadro 1).

Quadro 1 - Categorias e Zoneamento previstos no PM da APA de Santo Antônio

Categoria	**Características**	**Zoneamento (Resol. CEPRAM nº 1.318/1996)**
Preservação	Áreas com elevado valor ecológico de seus ecossistemas, estando intimamente associada à preservação da fauna silvestre e de remanescentes da flora em estágio avançado de regeneração. Engloba áreas de alta fragilidade ambiental, onde a presença humana deverá ser inibida, minimizada ou adequada ao uso preservacionista.	I - Zona de Proteção Rigorosa - ZPR
		II - Zona de proteção Rigorosa Especial - ZPR-E
		XV - Zona de Preservação da Vida Silvestre - ZPVS
Conservação	Áreas onde as atividades humanas devem se desenvolver com controle, devido à sua alta fragilidade ecológica, grande valor cênico, com presença de ecossistemas protegidos pela legislação ambiental, especialmente, o trecho que margeia a orla marítima, entre as desembocaduras do rio João de Tiba e a cidade de Belmonte, estando todas essas áreas sob domínio privado.	III - Zona de Orla Marítima - ZOM
		IV - Zona de Manejo Especial - ZME
		V - Zona de Intervenção Restrita - ZIR
Uso Sustentável	Ambientes ainda preservados e em diversos estágios de antropização. A sua definição para uso será pautada nos estudos do meio natural e nas vocações e tendências econômicas identificadas no diagnóstico ambiental.	VI - Zona de Ocupação Rarefeita - ZOR
		VII - Zona de Ocupação Rarefeita Especial - ZOR-E
		VIII - Zona de Expansão Urbana Rarefeita - ZER
		IX - Zona de Expansão Urbana Prioritária - ZEU
		XI - Zona de Urbanização Prioritária - ZUP
		XII - Zona de Apoio Turístico - ZAT
		XIII - Zona de Atividades Econômicas Diversificadas - ZAE
		XIV – Zona de Agropecuária - ZAP

Fonte: Adaptado PM da APA de Santo Antônio, 1996.

Vinte e oito anos após a elaboração do PM da APA de Santo Antônio, o documento original nunca foi revisado[1] para adequar seu conteúdo à nova realidade circundante. Segundo Gamarra *et al*. (2019), a falta de revisões regulares dos planos de manejo pode levar a consequências negativas significativas ao território, resultando em estratégias de conservação ineficazes, perda de biodiversidade e diminuição dos serviços ecossistêmicos, comprometendo a sustentabilidade das áreas protegidas.

Segundo Azevedo Junior (2011) menos de dois anos após a aprovação do PM, em 19 de dezembro de 1996, a APA Santo Antônio teve seu zoneamento alterado pela Resolução CEPRAM nº 1.777/1998. A justificativa apresentada foi a sobreposição parcial da UC com o perímetro urbano de Santa Cruz Cabrália, conforme definido pela Lei Municipal nº 20/1990. Essa resolução modificou exclusivamente a Zona de Proteção Rigorosa Especial (ZPR-E), originalmente destinada à preservação, transformando-a em Zona de Expansão Urbana Especial (ZEU-E), segmentada em três subzonas de uso: ZEU-E1, ZEU-E2 e ZEU-E3. Com essa atualização, o ZEE passou a contar com dezessete zonas distintas, conforme listadas a seguir e representadas na Figura 5 e no Anexo A.

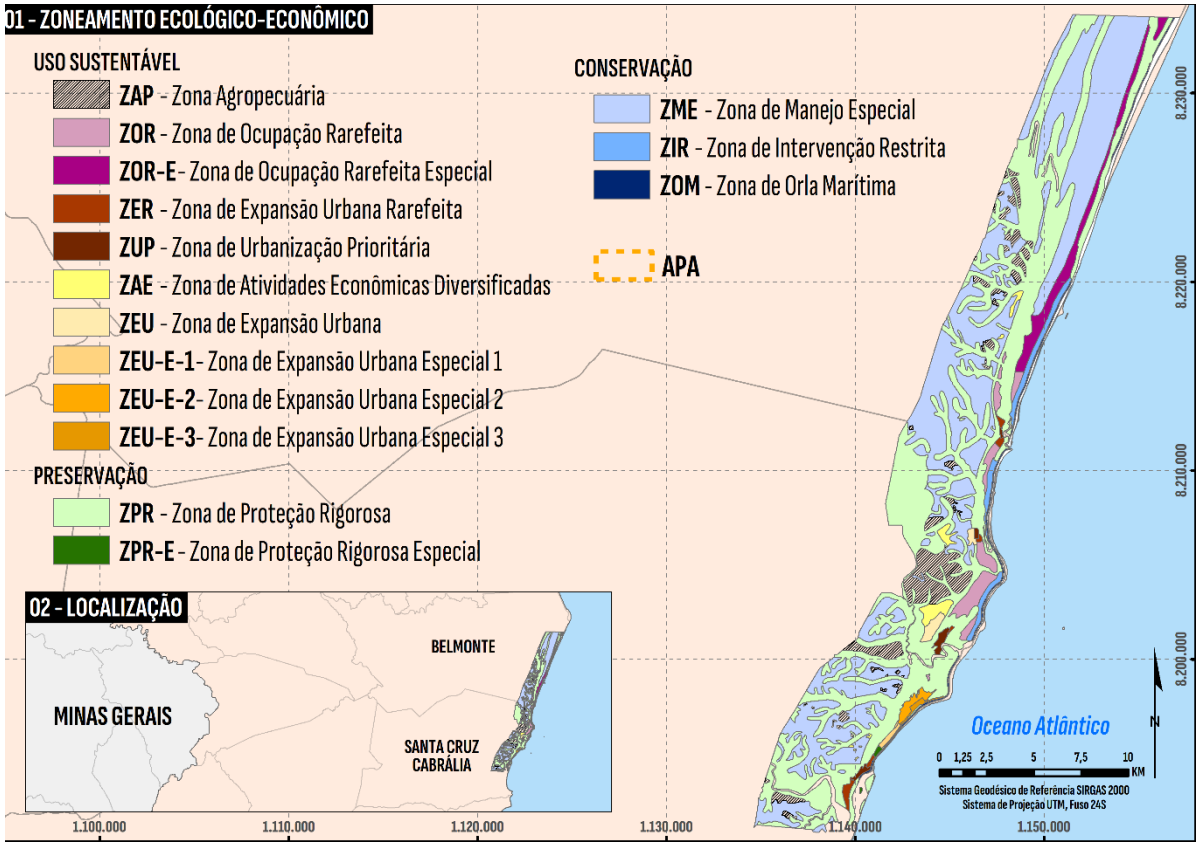
I. Zona de Proteção Rigorosa - ZPR;
II. Zona de Proteção Rigorosa Especial - ZPR-E;
III. Zona de Orla Marítima - ZOM;
IV. Zona de Manejo Especial - ZME;
V. Zona de Intervenção Restrita - ZIR;
VI. Zona de Ocupação Rarefeita - ZOR;
VII. Zona de Ocupação Rarefeita Especial - ZOR-E;
VIII. Zona de Expansão Urbana Rarefeita - ZER;
IX. Zona de Expansão Urbana Prioritária - ZEU;
X. Zona de Urbanização Prioritária - ZUP;
XI. Zona de Apoio Turístico - ZAT;
XII. Zona de Atividades Econômicas Diversificadas - ZAE;
XIII. Zona de Agropecuária - ZAP;
XIV. Zona de Preservação da Vida Silvestre - ZPVS;
XV. Zona de Expansão Urbana Especial 1 - ZEU - E1;
XVI. Zona de Expansão Urbana Especial 2 - ZEU- E2;
XVII. Zona de Expansão Urbana Especial 3 - ZEU- E3.

As demais alterações realizadas no PM foram correções de inconsistências técnico-jurídicas relacionadas ao uso e ocupação do solo, atualização das nomenclaturas do zoneamento

[1] Dado verificado até a defesa da dissertação, em fevereiro de 2025.

ambiental e dos parâmetros urbanísticos, conforme as alterações adicionadas pelas Resoluções CEPRAM nº 4.249/2012 e nº 4.337/2014.

Figura 5 - Ilustração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA de Santo Antônio



Fonte: A autora, 2025.

Destaca-se, ainda, a importância de compatibilizar o Plano de Manejo com os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs) dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte. Essa harmonização é fundamental, tendo em vista que as diretrizes de ordenamento territorial e uso do solo estabelecidas pelos PDDUs influenciam diretamente a efetividade das medidas de proteção ambiental previstas para a APA.

No caso de Belmonte, por exemplo, a Lei nº 017/2011, em seu §2º do Art. 26, define como Área de Expansão Urbana toda a faixa territorial entre a vila de Mogiquiçaba e o centro urbano do município — região que está integralmente inserida nos limites da APA de Santo Antônio e contempla zonas com diferentes graus de proteção ambiental. Já em Santa Cruz Cabrália, a Lei nº 0383/2006, em seu §12º da Seção X, item B, estabelece que as áreas situadas entre os núcleos urbanos das vilas de Santo André, Santo Antônio e Guaiú devem obedecer, como regime específico de utilização, ao PM da APA de Santo Antônio, sendo que apenas os perímetros urbanos dessas vilas possuem parâmetros próprios estabelecidos no PDDU, mas por

exemplo, não citam restrições para categorias de preservação ou conservação estabelecidas pelo PM que se encontram dentro desses centros urbanos.

Essa situação evidencia uma lacuna normativa importante: a ausência de parâmetros urbanísticos claros e específicos nos PDDUs compatíveis com o zoneamento estabelecido no PM da APA de Santo Antônio, o que compromete a segurança jurídica no uso e ocupação do solo e pode gerar conflitos entre os interesses de conservação ambiental e as pressões por expansão urbana.

Outro agravante decorrente da falta de revisão do PM é a imprecisão na delimitação das zonas, pois na época de elaboração os vetores foram mapeados em uma escala com um nível de detalhamento espacial baixo (1:25.000), quando o ideal seria uma escala mais detalhada, como 1:10.000 (Ławniczak & Kubiak, 2013). Segundo Suzzi-Simmons e Devarajan (2023) esse nível insuficiente de precisão dificulta a realização de inferências exatas sobre a posição das zonas em relação aos empreendimentos e às restrições construtivas associadas, comprometendo a eficácia do planejamento e da gestão territorial da UC.

Diante desse cenário, o CEPRAM aprovou a Resolução nº 3.712/2006, que flexibiliza o pedido de revisão pontual do zoneamento ecológico-econômico para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental, abrange ainda outros empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental que venham a se instalar nas APA do Estado da Bahia (Art. 1º), desde que atendam às seguintes condições:

> *Artigo 2º, Resolução CEPRAM nº 3.712/2006:*
> *§ 1º Em APA que possua Plano de Manejo com mais de 05 anos contados da data de sua aprovação;*
> *§ 2º Se o Plano de Manejo não estiver sendo revisado;*
> *§ 3º Em áreas em que não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, áreas consideradas sítios de nidificação e pouso de aves migratórias;*
> *§ 4º Em áreas não identificadas como remanescentes de Mata Atlântica em estágio médio e avançado de regeneração e seus ecossistemas associados;*
> *§ 5º Em áreas não identificadas como APP - Área de Preservação Permanente, definidas pelo Código Florestal e Resolução CONAMA Nº 303/98;*
> *§ 6º Em área não caracterizada como área de cordão de dunas costeiras;*
> *§ 7º Se não for área com atividades desenvolvidas por populações tradicionais extrativistas;*
> *§ 8º Se não for área com população quilombola e/ou indígena.*

Nesse contexto, destaca-se uma revisão aprovada pela Resolução CEPRAM nº 5.039/2022, que propôs a transformação de uma área de 21,92 hectares, originalmente

classificada como Zona de Proteção Rigorosa (ZPR), para Zona de Intervenção Restrita (ZIR). Essa área corresponde a 21,81% de um total de 100,73 hectares. Embora a ZIR ainda imponha algumas restrições ao uso da área, ela permite a realização de atividades humanas, como a exploração de recursos naturais e a instalação de infraestrutura, o que representa uma flexibilização nas restrições de uso do solo e dos recursos naturais. Essa mudança possibilita maior interação humana com o ambiente protegido, mas também acarreta riscos adicionais à conservação ambiental.

Diante do exposto, é essencial revisar o PM para regulamentar o uso e ocupação do solo de forma eficaz, conciliando a preservação dos recursos naturais com o desenvolvimento socioeconômico da APA de Santo Antônio.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) deu uma contribuição significativa para o processo de revisão dos Planos de Manejo com a publicação da instrução normativa nº 07, de 21 de dezembro de 2017. Essa normativa estabeleceu diretrizes e procedimentos para a revisão dos planos de manejo das unidades de conservação federais, podendo também servir como modelo técnico-administrativo para outras esferas. Com a publicação desta instrução normativa, buscou-se reduzir a extensão dos planos de manejo, aumentando sua aplicabilidade na rotina de gestão das unidades, evitando que se tornem documentos meramente simbólicos e inexequíveis, relegados ao esquecimento em gavetas (Barros; Leuzinger, 2018).

2.2.3 Caracterização Socioambiental do território

A APA de Santo Antônio, reconhecida por sua importância ecológica, cultural e social, ainda é marcada por uma significativa lacuna no campo da produção acadêmica. Por isso, nesta pesquisa, a caracterização socioambiental foi considerada fundamental para que se pudesse compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas locais, os modos de vida das populações que habitam a área e os usos e conflitos em torno dos recursos naturais.

Para essa caracterização, foram utilizados principalmente documentos elaborados a partir de demandas dos órgãos públicos, com destaque para o Plano de Manejo da APA de Santo Antônio (1996), Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável da costa do descobrimento (2002) e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica dos municípios de Santa Cruz Cabrália (2016) e Belmonte (2017). Esses documentos forneceram dados essenciais sobre o processo de ocupação do território, os ecossistemas

presentes e os aspectos socioeconômicos da população local, sendo fundamentais para embasar as análises desenvolvidas ao longo da pesquisa.

- **Aspectos físicos**

O clima da região é predominantemente quente, úmido e chuvoso, típico de áreas litorâneas. As chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, com precipitação anual variando entre 1.400 e 1.800 mm. O período de maior pluviosidade concentra-se entre abril e julho, enquanto a temperatura média anual gira em torno de 24°C (Bahia, 1996).

O sistema de drenagem superficial da APA de Santo Antônio é formado pelas bacias dos baixos cursos dos rios Santo Antônio e João de Tiba, além das pequenas bacias litorâneas do rio Preto, do córrego Guaiú e do rio Acuba (Bahia, 1996) (Figura 6). Os principais usos dos recursos hídricos na região incluem o consumo humano, a dessedentação animal, a irrigação, a pesca e atividades ligadas ao turismo e à recreação. As principais fontes poluidoras dos cursos d'água estão relacionadas ao despejo de esgoto doméstico sem tratamento, lançamentos de efluentes líquidos de atividades industriais, uso inadequado de agrotóxicos, erosão nas cabeceiras dos cursos d'água, geração de sedimentos resultantes das atividades pecuárias, disposição inadequada de resíduos sólidos domésticos e do setor turístico e sedimentos nas zonas mais baixas onde estão as captações de água (Bahia, 1996).

Figura 6 - Caracterização dos principais cursos d'água existentes na APA de Santo Antônio

A: Rio João de Tiba

B: Rio Santo Antônio

C: Rio Guaiú

D: Rio Preto

Fonte: A, B, C – Autora, 2024; D – GADAP, 2024.

O solo da região, por estar situada em uma área litorânea caracterizada por extensas formações de restingas e manguezais, é predominantemente arenoso e hidromórfico, apresentando alta concentração de matéria orgânica nas áreas de manguezal. Além disso, a planície litorânea abriga amplas áreas de brejos, que desempenham um papel crucial na manutenção e preservação dos ecossistemas costeiros (Bahia, 1996).

O uso do solo no território da APA de Santo Antônio está predominantemente voltado para a agricultura, com ênfase na agricultura familiar, especialmente os coqueirais. Também se destacam as atividades pesqueiras, realizadas de forma artesanal por comunidades locais. Além disso, há áreas destinadas à pecuária e, cada vez mais, à implantação de empreendimentos hoteleiros, impulsionados pelo crescimento do turismo na região. Esse processo de ocupação reflete uma dinâmica territorial marcada pela coexistência entre práticas tradicionais e a expansão de atividades econômicas relacionadas ao setor de serviços (Bahia, 2016; 2017).

- **Aspectos bióticos**

A APA de Santo Antônio está inserida no bioma Mata Atlântica, onde a formação nativa predominante é a floresta ombrófila densa. Além disso, a área abriga outros ecossistemas de grande relevância biológica, como florestas aluviais e comunidades aluviais (incluindo brejos, várzeas e áreas alagadas), restingas e manguezais, que contribuem para a riqueza e diversidade ambiental da região (Figura 7).

A largura da faixa litorânea varia de 750 metros, no trecho entre Santo André e Santo Antônio, até mais de 6 quilômetros, no trecho entre Mogiquiçaba e Belmonte (Bahia, 1996).

Ao longo da linha costeira, há extensos coqueirais, além de árvores frutíferas, como o caju (*Anacardium occidentale*) e a mangaba (*Hancornia speciosa*), introduzidas pela ação humana e hoje integradas à paisagem local.

Figura 7 - Caracterização da vegetação existente na APA de Santo Antônio

A: Área de brejo

B: Fragmento de floresta ombrófila densa adjacente à rodovia BA-001

C: Manguezal

D: Coqueiral

Fonte: A autora, 2024.

A fauna nativa da região é rica e diversificada, devido à combinação de ecossistemas variados, como florestas ombrófilas, manguezais, restingas e áreas alagadas, abrigando nesses ambientes uma grande variedade de espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios, muitas das quais estão ameaçadas de extinção devido à degradação do habitat (Bahia, 2016; 2017).

Entre os mamíferos, destacam-se o bicho-preguiça (*Bradypus variegatus*), o mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e a onça-parda (*Puma concolor*). A avifauna também é rica, com espécies como o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), o papagaio-chauá

(*Amazona rhodocorytha*) e o guará-vermelho (*Eudocimus ruber*), frequentemente avistados nas áreas de manguezal (Bahia, 1996).

Nos ecossistemas aquáticos, os manguezais oferecem abrigo para várias espécies de crustáceos, peixes e moluscos, enquanto as tartarugas marinhas, como a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) e a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), encontram áreas de desova nas praias da região (Bahia, 1996).

Como ponto de atenção cita-se a captura de caranguejos durante a andada, uma prática comum nas comunidades existentes dentro da APA de Santo Antônio. No entanto, essa prática gera preocupações ambientais devido ao risco de sobre-exploração, uma vez que a captura intensiva nesse período pode comprometer a reprodução e a manutenção das populações de caranguejos.

- **Aspectos sociais**

O processo de ocupação da região da APA de Santo Antônio, que abrange os municípios de Belmonte e Santa Cruz de Cabrália, está diretamente ligado à história de colonização, exploração de recursos naturais e transformações econômicas no sul da Bahia. Ou seja, com a chegada dos portugueses (do século XVI até o início do séc. XIX), passou pelo período econômico de exploração do pau-brasil e da cana de açúcar, não apresentando um crescimento muito efetivo (Bahia, 2002). Essa exploração marcou o início do desmatamento e da degradação ambiental. O uso forçado do trabalho indígena e, posteriormente, a introdução de escravizados africanos intensificaram o impacto social e ambiental na área.

O crescimento só veio a ocorrer com o início do ciclo do cacau, entre os séculos XIX e XX, quando o município de Belmonte, devido à sua posição estratégica, na foz do rio Jequitinhonha, transformou-se num excelente porto de escoamento do produto (Bahia, 2002). No entanto, com a crise da lavoura cacaueira nas décadas de 1980 e 1990, devido à vassoura-de-bruxa e à desvalorização econômica, muitos trabalhadores rurais abandonaram as fazendas ou buscaram outras atividades, como a pesca e o turismo (Bahia, 1996). A exploração de recursos como madeira, areia e palmito intensificou-se, gerando novos desafios ambientais.

O processo de ocupação intensificado na década de 1990, particularmente com a implantação da rodovia BA-001 e melhorias no sistema de balsas, gerou desafios ambientais significativos (Bahia, 2016; 2017). A ocupação de áreas sensíveis, como manguezais e margens

de rios, resultou em vários conflitos socioambientais e na degradação dos ecossistemas, aumentando os desafios a serem enfrentados pela gestão da APA.

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a população estimada de Belmonte em 2024 é de 20.567 habitantes, enquanto Santa Cruz de Cabrália conta com aproximadamente 30.862 habitantes (IBGE, 2024). A economia regional é impulsionada por diversas atividades que interagem diretamente com o ecossistema da Mata Atlântica, como turismo, pesca artesanal, silvicultura (eucalipto), agropecuária, extrativismo (piaçava) mineração, artesanato e mineração de argila e areia para construção civil, as quais impactam sua dinâmica natural e ambiental (Bahia, 2016; 2017).

Em ambos os municípios, ainda é possível perceber um modo de vida rural refletido na paisagem, nas expressões identitárias, nas relações sociais e econômicas, e nos aspectos culturais, onde boa parte da população permanece no campo, preservando tradições e vínculos com a vida rural (Bahia, 2016; 2017).

Quanto a qualidade do ensino, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2023 revelam que os municípios de Belmonte e Santa Cruz Cabrália enfrentam desafios importantes para alcançar as metas, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental (Quadro 3). Vale ressaltar que o Ideb é um indicador que considera os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações (Brasil, 2023).

Quadro 2 – Comparação entre os resultados do Ideb nos municípios que abrange a APA de Santo Antônio

	Meta Nacional IDEB 2023	Belmonte	Santa Cruz Cabrália
Anos iniciais do ensino fundamental	6,0	2,8	3,3
Anos finais do ensino fundamental	5,5	2,8	4,2
Ensino médio	5,2	2,8	3,3

Fonte: Inep, 2023.

No que diz respeito à prestação de serviços públicos, o saneamento básico em ambos os municípios é realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA). Segundo dados disponíveis no site do Instituto Águas e Saneamento (IAS, 2024) em Santa Cruz Cabrália, cerca de 80,42% da população é atendida com abastecimento de água, e 44,79% têm acesso ao sistema de esgoto, mas apenas 73,2% do volume de esgoto gerado é tratado. Já, em Belmonte, cerca de 73,98% da população recebe abastecimento de água, e 57,64% dos

moradores tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário, sendo que todo o esgoto coletado é destinado para tratamento.

Especificamente em relação à região da APA de Santo Antônio, apesar dos investimentos realizados na infraestrutura básica durante a década de 1990, por meio do PRODETUR/BA I, os povoados localizados na área (Santo André, Santo Antônio, Guaiú e Mogiquiçaba) não apresentaram avanços significativos nesse setor (Bahia, 2002). Nesses povoados, o sistema de tratamento de esgotos é precário, com a população fixa e flutuante recorrendo principalmente a soluções individuais, como fossas sépticas, ou estabelecendo ligações clandestinas aos canais de drenagem natural. O abastecimento público de água, também, pode ser considerado precário já que as residências e os equipamentos turísticos ali instalados são abastecidos, em sua maioria, a partir de água captada em poços profundos.

Com relação ao descarte de resíduos sólidos, no território da APA é possível observar alguns depósitos irregulares de lixo (lixão). Apesar dos municípios estarem em desconformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), alguns avanços neste tema, ainda que mínimos, podem ser observados, por exemplo: Santa Cruz Cabrália está destinando parte de seus resíduos para o aterro sanitário denominado Central de Tratamento e Valorização de Resíduos (CTVR) Costa do Descobrimento, localizado no mesmo município, enquanto Belmonte contratou em 2021 a empresa TRR, a qual é especializada no tratamento de resíduos perigosos e não perigosos, para fazer a coleta e o tratamento dos resíduos das unidades de saúde, destinando-os para o processo de incineração (Secretaria Municipal de Saúde, 2021).

2.2.4 Gestão Participativa e Conselho Gestor

A participação da sociedade na formulação de políticas ambientais não é apenas necessária, mas também um direito e uma obrigação constitucional. A Constituição de 1988 estabelece que o poder público, em parceria com a sociedade civil, é responsável pela defesa do meio ambiente. Para cumprir esse preceito, é essencial garantir, entre outras ações, a participação efetiva da população em conselhos ambientais, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma colaborativa e inclusiva (Facin *et al.*, 2012).

No Brasil, impulsionados pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foram instituídos conselhos, comitês de bacias, Agendas 21, coletivos jovens e outras instâncias que, fundamentados em leis e acordos específicos, têm desempenhado um papel crucial na

ampliação e consolidação da participação popular em diversas esferas de consulta e decisão (Loureiro; Cunha, 2008). Essas iniciativas visam fortalecer o envolvimento da sociedade na governança ambiental, além de promover uma gestão mais democrática dos recursos naturais.

Com a evolução do conceito de unidades de conservação, surgiram novas abordagens para a gestão desses espaços. Inicialmente, a administração era responsabilidade exclusiva do poder público ou, no caso de áreas privadas, dos proprietários (Santos, 2008). Apenas em 2000, com a publicação do SNUC, a gestão participativa tornou-se uma obrigação legal, consolidando-a como um elemento essencial desse processo.

Nesse contexto, os conselhos foram incorporados como instâncias de consulta ou deliberação nas UCs, compostos por representantes do setor público, empresários locais (setor privado) e sociedade civil, sob a presidência do órgão gestor responsável pela unidade. Embora o SNUC não especifique o tipo de conselho para as APA, o parecer jurídico do ICMBio estabelece que eles devem ter caráter consultivo (Palmieri; Veríssimo, 2009).

Os CGs devem estabelecer suas prioridades, ações e formas de atuação em situações específicas, sempre em conformidade com a legislação vigente e o respectivo regimento interno. Eles desempenham um papel fundamental ao auxiliar o órgão ambiental administrador nos desafios da gestão da unidade, em todas as etapas do ciclo: planejamento, execução e avaliação. Embora vinculados institucionalmente, os conselhos mantêm autonomia em suas decisões e encaminhamentos, garantindo independência dos pareceres e na busca por soluções (WWF-Brasil; ICMBio, 2016).

A atuação do CG é essencialmente política, articulada em parcerias que garantam credibilidade, apoio técnico e político (WWF-Brasil; ICMBio, 2016). Já Facin *et al.* (2012) acreditam que a participação no conselho deve ir além de uma formalidade, é fundamental criar as condições necessárias para que essa participação seja qualificada, ressaltando o papel crucial do acesso à informação ambiental como base para uma atuação mais efetiva e consciente de seus membros.

Segundo Azevedo Junior (2011), entre os anos de 1999 e 2006, a gestão da APA de Santo Antônio foi conduzida por quatro diferentes gestores indicados, porém, somente em 13 de novembro de 2006 foi finalmente constituído e nomeado o primeiro CGAPASA. Em 2010 foi estabelecido o formato tripartite e paritário com o limite máximo de trinta entidades para compor o Conselho Gestor.

Apesar do INEMA divulgar, em seu site, o edital de convocação para eleição do CGAPASA para o biênio de 2017-2019 não há registros de conclusão desse processo, além disso, foi relatado na plenária do dia 10 de março de 2023 que, antes da reativação em 2022, as últimas reuniões do conselho ocorreram em 2016[2]. O que indica que o CGAPASA permaneceu inativo de janeiro de 2017 a setembro de 2022.

Abaixo é apresentado a lista dos gestores do CG da APA de Santo Antônio:

- 2006 – 2008: Ianara Reis;
- 2008 – 2009: Eduardo Simões;
- 2009 – 2010: Azevedo Junior;
- 2010 – 2012: Azevedo Junior, substituído por Ridson Sales;
- 2012 – 2016: sem informações;
- 2017 – 2022: período de inatividade do CG;
- 2022 – 2024: Maria Cristina (Tita).

Vale salientar que a reativação do conselho só ocorreu a partir das demandas apresentadas pelas organizações não governamentais existentes na região da APA de Santo Antônio, o que levou o órgão gestor a iniciar o processo de mobilização para a eleição dos representantes do biênio 2022-2024.

A divulgação para a eleição ocorreu através de distribuição de *folders* (Figura 8), ligações telefônicas e e-mails para os possíveis candidatos dos órgãos públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), sociedade civil organizada e empreendedores locais[3].

---

[2] Fala do Sr. Antonio Ormundo, representante da AMASA. Anotações do diário de campo da autora.
[3] Fala da Sra. Maria Cristina, gestora da APA de Santo Antônio/INEMA, na Plenária do CGAPASA em 07/12/2022.

Figura 8 - Folder de divulgação da eleição do Conselho Gestor para o biênio 2022-2024

Fonte: INEMA, Publicado em julho de 2022.

No processo de reativação do CG, foi realizada uma reunião preparatória em Santo André, nos dias 29 e 30 de junho de 2022, com a participação de representantes de órgãos públicos, empresários locais e membros da sociedade civil. O tema central discutido foi o Zoneamento Territorial. Como resultado desse encontro, foi elaborada uma lista identificando os principais desafios e problemas do território, que serviram como ponto de partida para as futuras ações do CG [4] (Quadro 3).

Quadro 3 - Principais desafios/problemas apontados na reunião preparatória para o CGAPASA, em 29 e 30/06/2022

Tema Principal	Desafios/Problemas
Acesso à praia/manguezal	Existem poucos acessos Fechamento/Obstrução por empresários
Caça/pesca	Perda de biodiversidade Ausência de fiscalização
Desmatamento	Perda de biodiversidade Ausência de fiscalização

[4] Tabela elaborada pelos participantes da reunião preparatória para o CGAPASA nos dias 29 e 30/06/2022, disponibilizada pelo INEMA. Não publicada.

Tema Principal	Desafios/Problemas
Educação ambiental	Falta capacitação Ausência de ações efetivas
Escassez recursos/pessoal	Deficiência nas fiscalizações Atrasos no licenciamento
Especulação imobiliária	Uso e ocupação ilegal do solo Licenciamentos incompatíveis com zoneamento Obstrução de áreas comuns
Exploração de jazidas	Irregularidades no licenciamento Falta de fiscalização
Comunidade local	Pouca representatividade nos conselhos Falta de isonomia no tratamento
Informação	Falta transparência da gestão municipal Ausência de fluxo de informações entre Estado e Municípios Ausência de banco de dados Falta sinalização da APA
Insegurança	Deficiência na segurança pública/policiamento Receio de represálias Existe pouca iluminação
Esporte/lazer	Risco das atividades náuticas Ausência de equipamentos para comunidade
Mobilidade	Escassez e altos preços do transporte público Condições ruins das estradas
Morosidade do serviço público	Liberação dos alvarás de funcionamento dos quiosques
Poluição ambiental	Poluição sonora Manutenção de embarcações Queimadas (lixo e folhas/galhos) Contaminação das águas superficiais e do lençol freático
Saneamento básico	Precariedade no: Abastecimento de água; Tratamento de esgotos; Coleta de resíduos sólidos e Drenagem urbana
Turismo predatório	Gentrificação Exclusão dos comerciantes locais Racismo ambiental Impactos ambientais dos grandes empreendimentos
Zoneamento desatualizado	Incompatibilidade com o Plano Diretor Municipal Inconsistências nas restrições das zonas Intervenções na ZPVS

Fonte: Adaptado da tabela enviada pelo INEMA (não publicada), 2022.

Dando continuidade à reunião preparatória, foram discutidas possíveis soluções para os desafios socioambientais identificados na APA de Santo Antônio. Diversas propostas foram apresentadas com o objetivo de enfrentar esses problemas de forma eficaz. O Quadro 4 resume

os principais pontos a serem fortalecidos na região, destacando a execução de ações de educação ambiental e a melhoria na efetividade do licenciamento e fiscalização, as quais foram consideradas estratégias mais relevantes para mitigar os impactos socioambientais na área[5].

Quadro 4 - Principais soluções apontados na Reunião Preparatória para o CGAPASA, em 29 e 30/06/2022

Propostas de Soluções	Vezes que foi citado como solução
Ações em Educação Ambiental	6
Efetividade do Licenciamento e Fiscalização	6
Fomento ao turismo de base comunitária	5
Recursos financeiros aplicados ao território	4
Idealização de um Fórum Socioambiental	3
Melhoria da gestão de resíduos	3
Consolidação do Conselho Gestor da APA	2
Revisão do Plano de Manejo	1
Criação da brigada de incêndio	1

Fonte: Adaptado da tabela enviada pelo INEMA (não publicada), 2022.

Após todo processo de eleição, em outubro de 2022 o CGAPASA foi empossado através da publicação da portaria do INEMA n.º 27.202/2022 (Bahia, 2022). O conselho conta com a participação de trinta instituições, equitativamente distribuídas entre órgãos públicos, sociedade civil e empreendedores locais (setor privado).

A reativação do CGAPASA representou um avanço significativo para o território, especialmente diante da crescente especulação imobiliária ocasionada pelos empreendimentos turísticos de massa, os quais exercem pressão sobre a região, causando fragmentação de habitats e desagregação social.

2.2.5 Resumo das informações – APA de Santo Antônio

Unidade Gestora Responsável	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
Endereço da Sede	Não possui

[5] Tabela elaborada pelos participantes da reunião preparatória para o CGAPASA nos dias 29 e 30/06/2022, disponibilizada pelo INEMA. Não publicada.

Decreto e Data de Criação	Decreto Estadual nº 3.413 de 31/08/1994
Abrangência da área da UC	Santa Cruz Cabrália – Santo André, Santo Antônio e Guaiú Belmonte – Mogiquiçaba e mais recentemente o bairro Nova Belmonte
Plano de Manejo	Elaborado em 1996, pela empresa PLANARQ (sem revisão até o fechamento desta dissertação)
Aprovação Plano de Manejo	Bahia – Resolução CEPRAM nº 1.318 de 19/12/1996 Santa Cruz Cabrália – Lei Municipal nº 136 de 21/12/1998 Belmonte – Lei Municipal nº 010 de 22/12/1998
Alterações no Zoneamento Ecológico-Econômico	Resolução CEPRAM nº 1.777 de 18/09/1998 Resolução CEPRAM nº 4.249 de 13/04/2012 Resolução CEPRAM nº 4.337 de 30/05/2014
Área (ha)	23.000 (sendo 11.500 ha em cada município de abrangência)
Categoria SNUC	Uso Sustentável
Conselho Gestor	Ativo – Empossado pela Portaria INEMA n.º 27.202 de 20/10/2022
Potencialidades	Turismo de base comunitária; pesca artesanal; esportes aquáticos; comércio de praia; centro de referência em educação ambiental; venda de artesanato
Principais Ameaças	Ocupação desordenada; expansão urbana; depósitos irregulares de lixo (lixão); jazidas ilegais; desmatamento; pesca predatória; caça de animais silvestres; saneamento básico precário ou inexistente
Impactos Socioambientais	Alagamentos; contaminação e impermeabilização do solo; perda de biodiversidade; êxodo da população nativa; desvalorização da mão-de-obra local; Aumento da temperatura (microclima); diminuição na qualidade de ar; poluição dos recursos hídricos

Fonte: A autora, 2024.

2.3 Educação Ambiental e a Gestão Participativa

A Educação Ambiental (EA), quando abordada de maneira inter e transdisciplinar, promove reflexões profundas sobre a necessidade urgente de transformação que o tema demanda (Sorrentino *et al.*, 2005). Nesse contexto, a EA surgiu e se consolidou com o objetivo de formar sujeitos capazes de se reconhecer como parte integrante do meio ambiente, coparticipantes das interações entre os recursos naturais, além de estimular e fortalecer a consciência crítica sobre as problemáticas socioambientais e a preservação do equilíbrio ambiental (Bahie dos Santos, 2022).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, é amplamente reconhecida como um marco na inclusão da EA na agenda internacional. No entanto, suas raízes antecedem a conferência, com a crescente conscientização ambiental da década de 1960 e o papel de organizações como o Clube de Roma, que prepararam terreno para o sucesso do evento (Lopera-Perez *et al.*, 2021). Outro marco

importante foi a Declaração de Tbilisi em 1977, que destacou a necessidade de uma abordagem ampla para a EA, promovendo conscientização, conhecimento, atitudes, habilidades e participação em questões ambientais (Le Roux, 2020). Essa declaração influenciou políticas e currículos educacionais ao redor do mundo, incentivando a incorporação da EA nos sistemas de ensino, desde a pré-escola até a universidade (Dilek; Gokce, 2021).

Ainda nesse panorama, destaca-se o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, criado em 1992 durante o Fórum Global. Este documento tornou-se um marco significativo por ter sido elaborado pela sociedade civil e por conceber a EA como um processo dinâmico e em constante construção, fundamentado em valores voltados à transformação social (Brasil, 2018).

Já no Brasil, a EA avançou com a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em 1999, que tem como objetivo incentivar a participação individual e coletiva, de forma contínua e responsável na preservação do meio ambiente. A PNEA estabeleceu a EA como um componente essencial e permanente na educação nacional, abrangendo tanto o ensino formal quanto o não formal (Brasil, 1999).

Em 2003, a coordenação da PNEA passou a ser exercida pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, estabelecendo o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) como um instrumento de diálogo direto com a sociedade, com base nos princípios do Tratado de Educação Ambiental. Com isso, a EA foi consolidada como uma política pública com enfoque participativo e descentralizado (Raymundo *et al.*, 2018).

Segundo Santos e Imperador (2023) foi durante o Simpósio Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em 2014, que instituições de ensino e órgãos públicos realizaram um diagnóstico participativo que identificou desafios, demandas e carências na implementação das políticas públicas EA no Brasil, especialmente na formação de educadores/as, conforme apontado por Raymundo *et al.* (2017). Como desdobramento desse processo, foi criada em 2015 a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), que, após uma série de encontros, oficinas e palestras, lançou em 2018 os “Indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental”. Esses indicadores refletem a complexidade da EA, abrangendo desde o diagnóstico do território até aspectos subjetivos e culturais, passando por formação, intervenção, estrutura institucional e comunicação, além de identificar avanços, limites e oportunidades, considerando que a EA

deve ser uma política viva, integrada às realidades locais e aos desafios globais (Raymundo *et al.*, 2018).

Nesse cenário, a EA vem desempenhando um papel crucial na transformação do conhecimento e dos valores da sociedade contemporânea, especialmente diante dos desafios da gestão ambiental em contextos marcados por desigualdades. Mais do que transmitir conhecimentos ecológicos, a EA busca promover o pensamento crítico e comportamentos éticos, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a resolução de conflitos socioambientais (De Gregorio; Lorencini Júnior, 2023).

Na gestão participativa das UCs, a EA se destaca como uma abordagem interdisciplinar, promovendo uma compreensão integrada do meio ambiente e suas diversas relações – ecológicas, políticas, sociais, econômicas, históricas, culturais, éticas e pedagógicas. A incorporação de atividades educativas nesses espaços potencializa o aprendizado, tornando os conceitos teóricos mais concretos para estudantes e comunidades (Araújo, 2024).

No entanto, a gestão de UCs enfrenta desafios complexos, desde sua criação até o pleno funcionamento, são necessárias diversas ações, muitas vezes difíceis de implementar (Brasil, 2015). Nesse contexto, a gestão participativa surge como estratégia fundamental para mediar conflitos socioambientais, promover o diálogo com a sociedade e viabilizar a articulação interinstitucional indispensável à conservação da sociobiodiversidade (Brasil, 2015).

A Educomunicação, aliada à EA, também exerce um papel complementar ao fornecer conhecimentos e habilidades que incentivam a participação ativa e informada, legitimando as decisões tomadas no processo de gestão (Andrade; Bomfim, 2018). A EA, assim, está profundamente ligada aos instrumentos de gestão participativa, promovendo reflexões críticas e ações transformadoras, buscando assegurar o pleno exercício da cidadania, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental, contribuindo para reduzir desigualdades na gestão e apropriação dos recursos naturais (Brasil, 2015).

Nesse sentido, Sorrentino (2020) sintetiza os desafios da EA nas UCs em quatro "bandeiras", incluindo a necessidade de incentivar os indivíduos a se tornarem proativos – seja como líderes, ativistas ou facilitadores – na condução das transformações necessárias para garantir a sustentabilidade socioambiental e melhores condições de vida.

Na Bahia, a Lei Estadual nº 12.056/2011 (Bahia, 2011) reforça a importância da EA na gestão das UCs, destacando a capacitação contínua dos conselheiros como essencial para uma atuação efetiva, o que reforça o olhar para as UCs como espaços educadores. Essa formação socioeducativa permite aos membros do CGAPASA participarem ativamente na defesa do meio ambiente, no cumprimento da legislação e na fiscalização de políticas públicas, alinhando-se aos princípios da formação socioambiental continuada.

Em conclusão, a EA contribui significativamente para a legitimidade e eficácia da gestão participativa, promovendo o engajamento ativo e informado da sociedade. No entanto, é fundamental que as iniciativas educacionais alcancem um público amplo e comuniquem, de forma clara e acessível, a importância da participação cidadã na preservação ambiental (Andrade; Bomfim, 2018).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar os resultados da intervenção socioeducativa deflagrada junto aos membros do CGAPASA, entre dezembro de 2022 e agosto de 2024, o qual pretendeu fortalecer a atuação coletiva a partir da promoção de uma consciência ética sobre as questões socioambientais.

3.2 Objetivos específicos

- Contribuir com a gestão da APA e fortalecimento do CG como espaço educador;
- Auxiliar na identificação de estratégias para difundir os objetivos da APA de Santo Antônio entre a população residente e flutuante;
- Identificar pontos de melhorias e fragilidades da atuação CGAPASA;
- Divulgar os resultados da pesquisa realizada entre dezembro de 2022 a agosto de 2024 na plenária do CGAPASA.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desempenha um papel fundamental em uma dissertação, pois define a estratégia de pesquisa, estabelece a filosofia orientadora e assegura o cumprimento de padrões éticos. Ele guia o pesquisador na obtenção dos objetivos propostos, por meio de uma abordagem estruturada para a coleta e análise de dados (Araujo, 2024).

Acrescenta-se que esta pesquisa foi submetida à avaliação da Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação (INEMA/DG/DISUC/CGEUC), em conformidade com a Lei Estadual nº 10.431/2006, o Decreto Estadual nº 14.024/2012 e a Portaria INEMA nº 25.753/2022. Após análise, esta pesquisa foi considerada "dispensada de autorização", conforme consta na Declaração de Dispensa de Autorização para Realização de Pesquisa Científica em Unidade de Conservação nº 00094937169 (Anexo B).

4.1 Levantamento bibliográfico e documental

Esta fase consistiu na pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo a consulta a publicações científicas e documentos de instituições oficiais que ajudassem a caracterizar o histórico de criação e os aspectos socioambientais da APA de Santo Antônio. Em seguida, foram realizadas buscas no site institucional do INEMA para obtenção da legislação vigente correspondente ao território, incluindo o decreto de criação, o PM e ZEE.

Foram analisados, também, documentos do CGAPASA no biênio 2022/2024 como o regimento interno, as atas das plenárias realizadas entre dezembro de 2022 e agosto de 2024, lista de presenças, além das observações realizadas no diário de campo da pesquisadora. Foram consultados, ainda, dados demográficos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os municípios abrangidos pela APA.

Após a análises desses documentos, buscou-se responder em qual contexto e com que finalidade foi criada da APA de Santo Antônio e sob que circunstância está sendo realizada a gestão desse território. Alguns documentos que foram analisados estão listados no Quadro 5.

Quadro 5 - Relação dos principais documentos e legislações considerados no estudo

Documento / Legislação	Legislação / Elaboração	Ano
Criação da Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio	Decreto Estadual nº 3.413	1994
Plano de Manejo – Vol. 1	PLANARQ	1996
Aprovação do Plano de Manejo da APA de Santo Antônio	Resolução CEPRAM nº 1.318	1996
1ª Alteração do Plano de Manejo da APA de Santo Antônio	Resolução CEPRAM nº 1.777 (REVOGADA)	1998
Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa do Descobrimento	Ruschmann Consultores e Equipe SUDETUR	2002
2ª Alteração do Plano de Manejo da APA de Santo Antônio	Resolução CEPRAM nº 4.249 (REVOGADA)	2012
3ª Alteração do Plano de Manejo da APA de Santo Antônio	Resolução CEPRAM nº 4.337 (VIGENTE)	2014
Relatório de Fiscalização: Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Santa Cruz Cabrália	AGERSA	2015
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Santa Cruz Cabrália	Gambá e SOS Mata Atlântica	2016
Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário	NEDET Costa do Descobrimento/IFBA	2016
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Belmonte	Gambá e SOS Mata Atlântica	2017
Relatório de Fiscalização: Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belmonte	AGERSA	2020

Fonte: A autora, 2024.

4.2 Observação Participante

A observação participante consiste numa técnica de pesquisa na qual a proximidade com o objeto transforma-se no compartilhamento da experiência das pessoas envolvidas no estudo (Cardano, 2017). Esta técnica envolve o pesquisador inserindo-se no ambiente e nas atividades do grupo estudado, tanto como um observador quanto como um participante ativo, buscando compreender o contexto social e as dinâmicas internas do grupo a partir de uma perspectiva interna.

A metodologia a ser empregada baseia-se, também, nos conceitos e práticas definidos e exemplificados por Lüdke; André (1986). Segundo as autoras, a observação deve ser feita a partir do planejamento sobre o sujeito de estudo e dos seus aspectos que deverão ser observados, isso através de contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado.

Ainda fortalecendo conceitos, segundo Minayo *et al*. (2002) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, se preocupando com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Demo (2002) afirma que neste contexto a qualidade é sinônimo de participação, portanto a avaliação qualitativa equivale a avaliação participante, pelo menos no foco central de interesse.

Para auxiliar a coleta de dados durante as plenárias foi utilizado o diário de campo, a fim de se capturar as impressões e reflexões que foram observadas ao longo das reuniões. Kroef; Gavillon; Ramm (2020) explicam que este tipo de ferramenta permite evidenciar a relação do(a) pesquisador(a) com o campo estudado, pois essa forma de escrita abrange a descrição dos procedimentos do estudo, o desenvolvimento das atividades realizadas e possíveis modificações feitas ao longo da pesquisa.

Ao todo, a pesquisadora participou ativamente de sete plenárias do CGAPASA. E em cada início de sessão, durante as apresentações dos participantes, era esclarecido o propósito de sua presença e os principais objetivos de seu projeto de mestrado. Nas plenárias realizadas em março e agosto de 2024, foram feitas exposições detalhadas sobre este projeto de dissertação de mestrado.

Ao término das plenárias, a gestora do CG, Sra. Maria Cristina, fazia uma recapitulação dos pontos discutidos e das deliberações tomadas, além de convidar cada participante a compartilhar uma palavra que resumisse seu sentimento em relação à plenária.

4.3 Intervenções Formativas

A educação no processo de gestão ambiental busca promover uma intervenção qualificada e coletiva, organizando o ensino-aprendizagem de forma que a construção do conhecimento sobre a realidade ocorra de maneira participativa. Trata-se de um processo dialético de ação e reflexão — ou seja, um exercício de práxis — com o objetivo de transformar essa realidade (Quintas, 2009).

O ensino e a aprendizagem em áreas protegidas desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento sustentável, no fortalecimento da cultura ecológica e na adoção

de comportamentos pró-ambientais (Andrade *et al.*, 2022). Além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos, essas atividades estimulam o engajamento comunitário e a cooperação em iniciativas de conservação.

Com essa perspectiva, a gestora da APA de Santo Antônio adotou uma estratégia para integrar temas socioambientais relevantes ao território por meio de oficinas, palestras e debates durante as plenárias. Entre os temas abordados estavam educação ambiental, gestão participativa, licenciamento, zoneamento, políticas públicas e turismo de base comunitária, entre outros (Quadro 6).

É importante destacar que o CGAPASA se reunia bimestralmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, sempre que convocado pela gestora da APA. Durante o período avaliado neste estudo (dezembro/2022 a agosto/2024), foram realizadas sete reuniões ordinárias e três extraordinárias, todas abertas ao público interessado. Além disso, as intervenções formativas, como oficinas, palestras e debates, não seguiam uma periodicidade fixa no calendário de reuniões, mas eram incorporadas às plenárias sempre que surgiam temas relevantes para os conselheiros e conselheiras, fortalecendo a troca de conhecimentos e o aprimoramento da gestão participativa.

Quadro 6 - Temas das intervenções formativas abordada durante as plenárias

Período	Temas
Dez.2022	Reflexão sobre o papel a educação ambiental crítica
Abr.2023	Diálogos sobre licenciamento ambiental
Jun.2023	Oficina sobre fiscalização municipalizada
Agot.2023	Apresentação Resolução CEPRAM 3.710/2006 e Nota Técnica 004/2006
Set.2023	Apresentação do Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental no Território das APA de Santo Antônio e de Coroa Vermelha
Set.2023	Oficina coletivos educadores
Out.2023	Estudos de caso sobre o zoneamento territorial da APA de Santo Antônio
Out.2023	Turismo de base comunitária
Mai.2024	Discussão sobre a PEC 3/2022 (PEC das Praias)
Ago.2024	Apresentação Município Educador Sustentável – MES

Fonte: A autora, 2024.

A mestranda teve uma participação ativa no processo formativo dos membros do CGAPASA, atuando como facilitadora em dois momentos significativos. No primeiro, abordou a temática de Licenciamento Ambiental, promovendo reflexões e esclarecimentos sobre os

procedimentos e a importância dessa ferramenta para a gestão ambiental. No segundo momento, dedicou-se a explicar as disposições da Resolução CEPRAM 3.710/2006 e da Nota Técnica 004/2006, que tratam da possibilidade de revisão pontual do ZEE das APA administradas pelo poder público estadual da Bahia.

4.4 Entrevistas semiestruturadas

Escolheu-se a entrevista semiestruturada como forma de coleta de dados, pois combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, permitindo ao entrevistador um controle maior sobre o que pretende saber sobre o campo e, ao mesmo tempo, dar espaço a uma reflexão livre e espontânea do entrevistado sobre os tópicos assinalados (Minayo *et al.*, 2002). Ou seja, essa abordagem permite ao entrevistador seguir um roteiro de perguntas previamente definidas, mas também adaptar-se às respostas do entrevistado, permitindo que novos temas sejam explorados conforme a entrevista avança.

Para as entrevistas semiestruturadas, foram selecionadas seis das instituições presentes no CGAPASA, escolhidas com base nos critérios de representatividade, presença, participação ativa e envolvimento. Esses critérios foram definidos a partir de uma análise detalhada das atas e registros de presença das plenárias.

Apesar das tentativas, não foi possível estabelecer contato com os representantes da Prefeitura Municipal de Belmonte e das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação de Santa Cruz Cabrália, pois as tentativas de comunicação foram infrutíferas, com falta de retorno às mensagens enviadas e dificuldades em agendar entrevistas. Essa ausência de contato impediu a coleta de dados dessas instituições, limitando a abrangência da pesquisa. Em razão disso, foi incluído um terceiro representante da sociedade civil, que apesar de sua representação não estar homologada no CGAPASA, atende a todos os critérios previamente estabelecidos.

Dessa forma, participaram das entrevistas um representante do órgão público estadual, três representantes da sociedade civil e dois representantes dos empreendedores locais, o que corresponde a 20% das entidades que compõem o CGAPASA.

A maioria das entrevistas foi conduzida individualmente, no entanto, duas instituições da sociedade civil optaram por responder em dupla. Segundo Grindsted (2017), esse formato proporcionou aos entrevistados maior segurança e conforto, além de favorecer o

desenvolvimento conjunto das ideias, resultando em narrativas mais ricas e abrangentes. No entanto, a transcrição e interpretação das entrevistas foram um pouco mais criteriosas, visto que precisou-se considerar as interações entre os entrevistados, identificando pontos de convergência e possíveis discordâncias.

As perguntas da entrevista semiestruturada foram baseadas em um roteiro com os seguintes eixos: percepção da dinâmica interna dos conselheiros, processo de formação e o contexto socioambiental da APA (Apêndice A). A sequência das perguntas e dos eixos foi conduzida de maneira flexível, seguindo os direcionamentos naturais da entrevistadora. Embora tenhamos utilizado o roteiro como guia, aproveitamos a oportunidade para explorar com profundidade e atenção os temas que emergiram espontaneamente durante as entrevistas (Ludke; André, 1986).

As entrevistas foram conduzidas majoritariamente de forma presencial durante os dias 09 e 10/08/2024, com a exceção de uma entrevista realizada remotamente por meio de uma plataforma para reuniões virtuais em 21/08/2024. Todos os participantes autorizaram a participação através da Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice B) e a gravação em áudio das entrevistas (Apêndice C).

O TCLE foi lido e assinado pelos participantes, assegurando que apenas as informações fornecidas com o devido consentimento fossem coletadas e analisadas. Os participantes tiveram, em todo momento, o direito de se manifestar, de interromper sua participação nas entrevistas e de delimitar quais informações poderiam ou não ser utilizadas na pesquisa.

Os áudios das entrevistas foram transcritos com o auxílio do *software* Sonix. O tempo de duração de cada uma das seis entrevistas realizadas variou entre 25 e 35 minutos, dependendo da disponibilidade e interesse das pessoas participantes. Durante a transcrição dos áudios, foram feitas pequenas correções gramaticais para suavizar a leitura, sem alterar o sentido original do conteúdo. O Quadro 7 lista as instituições e resume os dados das entrevistas semiestruturadas realizadas.

Quadro 7 - Instituições que participaram das entrevistas semiestruturadas

Entrevistados	Código	Data Entrevista	Modalidade	Quantidade participantes
Órgão Público Estadual (1)	OPE1	09/08/2024	Presencial	01
Sociedade Civil (1)	SC1	09/08/2024	Presencial	01
Sociedade Civil (2)	SC2	09/08/2024	Presencial	02

Entrevistados	Código	Data Entrevista	Modalidade	Quantidade participantes
Sociedade Civil (3)	SC3	09/08/2024	Presencial	02
Empreendedor Local (1)	EL1	10/08/2024	Presencial	01
Empreendedor Local (2)	EL2	21/08/2024	Virtual	01

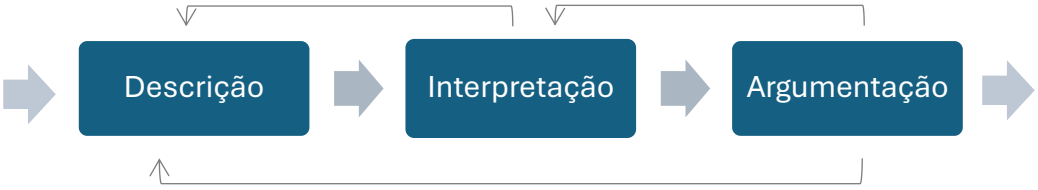
Fonte: A autora, 2024.

4.5 Análise Textual Discursiva

A análise dos dados foi conduzida por meio da metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD), que combina elementos da análise de conteúdo e da análise de discurso, amplamente utilizadas na pesquisa qualitativa (Moraes; Galiazzi, 2006).

Na ATD, a análise ocorre de forma cíclica e contínua, permitindo o refinamento progressivo dos achados (Figura 9). O foco está na compreensão dos sentidos construídos nos textos analisados, sendo as categorias extraídas diretamente dos dados, sem a necessidade de definições prévias (Moraes, 2004).

Figura 9 – Processo contínuo de análise durante a escrita



Fonte: Adaptado de Santos (2022).

De acordo com Moraes e Galiazzi (2006), o processo da ATD inicia-se com a unitarização, etapa em que os textos são fragmentados em unidades de significado. Essas unidades emergem tanto da interlocução empírica quanto da teórica, além das interpretações realizadas pelo pesquisador.

Após essa fragmentação, os significados semelhantes são agrupados em um processo denominado categorização, que pode resultar em diferentes níveis de análise (Moraes; Galiazzi, 2006). No presente estudo, a unitarização das falas das entrevistas semiestruturadas permitiu a identificação de unidades de significado, que foram posteriormente interpretadas e analisadas, levando à definição das categorias iniciais e intermediárias.

Por fim, ressalta-se que a análise e interpretação dos dados são de total responsabilidade da pesquisadora, que permanece à disposição dos órgãos gestores para quaisquer esclarecimentos, garantindo a ética e a proteção dos participantes da pesquisa.

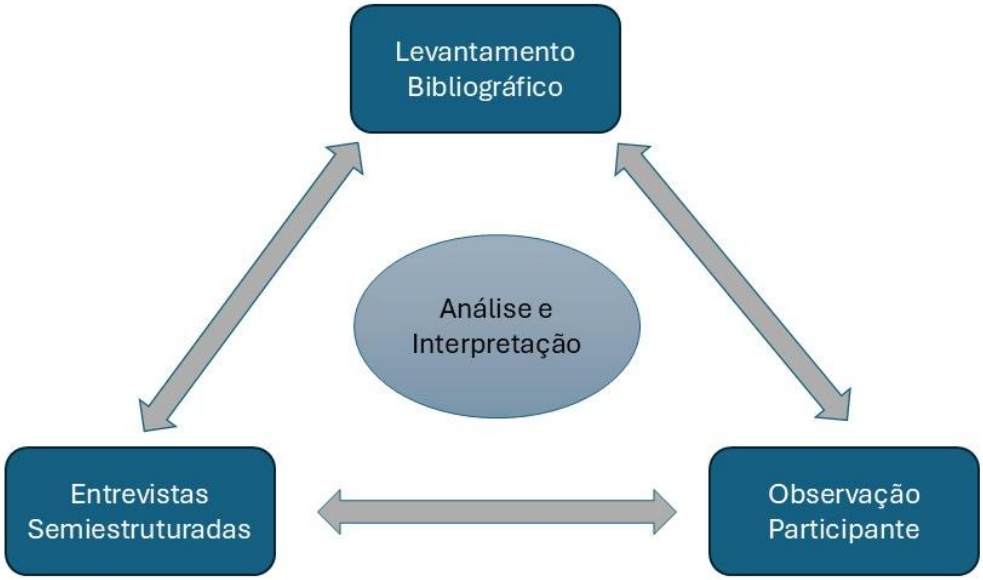
4.6 Triangulação

Para a análise dos dados foi utilizada a triangulação dos dados, que consiste na utilização de duas ou mais técnicas ou do uso de mais de uma fonte de dados, a fim de ampliar o olhar da pesquisadora sobre a realidade estudada, uma vez que cada técnica mostra apenas um ângulo de uma situação (Minayo *et al.*, 2002).

Para Triviños (1987), a triangulação tem como objetivo "abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo", já que a complexidade do comportamento humano, utilizando apenas um método não seria suficiente para explicá-lo, podendo gerar lacunas na situação estudada (Günther *et al.,* 2012). Ainda segundo esses mesmos autores, a abordagem de mais de um método vem sendo recomendada por diversos autores desde a década de 1930, com a intenção de diminuir os vieses intrínsecos à aplicação de técnicas que ressaltam determinado aspecto da realidade, em detrimento de outros.

Nesta pesquisa, foram empregadas diversas técnicas que, ao serem combinadas e analisadas por meio da triangulação, tiveram como objetivo entender as múltiplas realidades e os significados que envolvem os membros do CGAPASA (Denzin; Lincoln, 2006). Para tal, foram sistematizadas todas as informações contidas nas documentações disponibilizada pelo INEMA (PM, ZEE, planilhas, entre outros) e nas legislações vigente da APA de Santo Antônio, o diário de campo com as informações/observações realizadas nas plenárias, bem como, as respostas das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com os conselheiros e conselheiras (Figura 10).

Figura 10 – Esquema ilustrativo da triangulação de dados utilizada na pesquisa



Fonte: Adaptado de Santos; Madruga (2021).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados apresentados a seguir foram obtidos a partir do levantamento bibliográfico, da análise das informações coletadas durante as dez plenárias realizadas entre dezembro de 2022 e agosto de 2024 — incluindo suas respectivas atas e registros de presença —, além das entrevistas semiestruturadas conduzidas com membros do CGAPASA. Para assegurar uma interpretação mais aprofundada e coerente dessas informações, adotou-se como principal metodologia a ATD, conforme proposta por Moraes e Galiazzi (2006).

Inicialmente, as respostas obtidas nas entrevistas foram divididas em unidades de significado (unitarização), para então serem agrupadas por aproximação de sentidos, em um processo recursivo de categorização. A etapa final consistiu na produção dos metatextos descritivos, momento em que os dados empíricos foram articulados com aportes teóricos previamente selecionados, possibilitando uma compreensão mais ampla e fundamentada do fenômeno investigado (Galiazzi; Schmidt, 2020).

5.1 Análise da participação nas plenárias

Pesquisas destacam a importância da participação social nos conselhos gestores, evidenciando tanto avanços quanto desafios contínuos em representação e influência (Prado *et al.*, 2020). Embora a participação nesses espaços possa trazer benefícios para indivíduos e grupos, sua efetividade nem sempre é garantida. Fatores como o contexto sociocultural, econômico e político podem restringir ou até mesmo inviabilizar a atuação nos conselhos, limitando seu potencial de impacto.

Mubita *et al.* (2017) afirmam que, embora a participação possa capacitar os habitantes locais e incorporar o conhecimento local, ela geralmente é limitada pelas estruturas de poder e dinâmicas culturais existentes. Ou seja, para ser bem-sucedida, a participação precisa estar contextualizada no ambiente local e considerar as estruturas políticas e sociais que a influenciam.

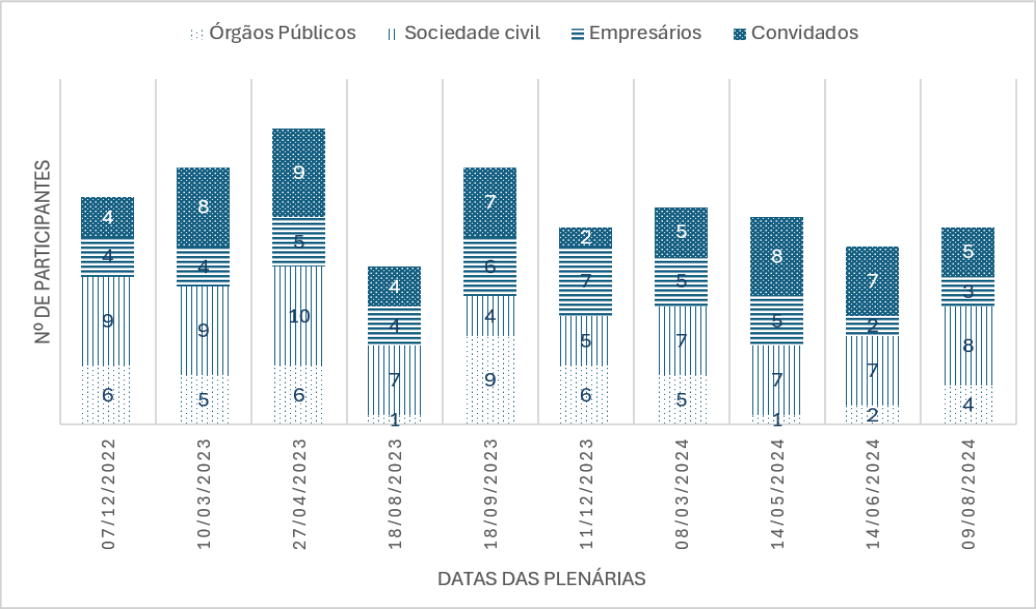
De acordo com o Art. 4º do Regimento Interno, o CGAPASA caracteriza-se como um *espaço de integração entre diversos representantes da sociedade*, com o princípio fundamental de garantir a participação de diferentes setores e assegurar isonomia de tratamento a todos os membros. Além disso, conforme o Art. 8º, os assentos deverão ser distribuídos de maneira

igualitária, destinando dez vagas para cada setor: órgãos públicos, sociedade civil local e empreendedores locais.

Ao assegurar a distribuição equitativa de assentos entre órgãos públicos, sociedade civil e setor privado, o conselho promove um equilíbrio de interesses e evita a predominância de grupos específicos, favorecendo um processo decisório mais democrático e inclusivo. Essa diversidade de vozes permite que diferentes perspectivas sejam consideradas na gestão da UC, fortalecendo o engajamento social, a corresponsabilidade e a implementação de políticas mais justas e sustentáveis. Além disso, a participação equitativa amplia a legitimidade das ações do conselho, incentivando a cooperação entre os setores e contribuindo para a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais.

A Figura 11 mostra uma variação significativa nas presenças em cada plenária, com alguns setores mantendo uma presença mais regular (Sociedade Civil) e outros mais voláteis (Órgãos Públicos). Isso pode apontar para a necessidade de reforçar o engajamento de certos grupos, a fim de assegurar uma representação mais equilibrada em todas as plenárias. Percebe-se, também, que ao longo do período analisado (dezembro/2022 a agosto/2024) uma estabilidade no número geral dos participantes ao longo do tempo, porém associado a um decréscimo na média de participação.

Figura 11 - Número de participantes nas plenárias ocorridas entre dezembro/2022 e agosto/2024



Fonte: A autora, 2024

Corroborando com os dados apresentados anteriormente, quando perguntada a opinião dos entrevistados sobre uma possível aproximação entre as ações do CGAPASA com o poder público (Prefeitura ou Estado):

> OPE 1: *Não, o poder público eu acho que a gente não conseguiu aproximar[...] Eles não deram nem a chance da gente tentar essa aproximação. Eu sinto que o poder público [municipal] faltou nesse momento[...] Então, eu vejo que o poder público não se importou muito com o que está acontecendo aqui [CGAPASA].*
> SC2: *Tenta, mas ainda não conseguiu.*
> SC3: *Teve aproximação, mas não teve o retorno.*
> EL1: *Pouco, porque o poder público é reativo. O poder público, infelizmente, ainda vem com essa herança colonialista muito forte.*
> EL2: *Eles estão no Conselho, mas o quão próximo e quão aderente são as ações? Eu tenho dúvidas.*

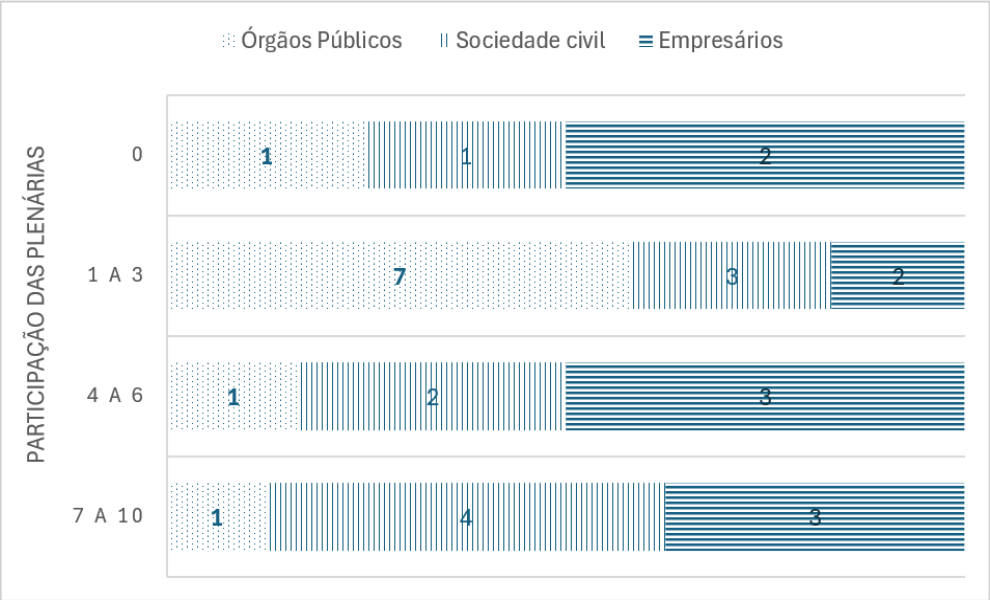
Apenas um entrevistado concordou que há avanços na relação do CGAPASA com o poder público municipal, especificamente com a Secretaria de Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália:

> *Sim, eu acho que sim. Inclusive, tivemos uma resposta dentro do CONDEMA*[6] *anteontem, que teve uma questão envolvendo a APA. É que todos os processos dentro CONDEMA, eles serão agora direcionados para a avaliação também do conselho da APA. Então já está havendo um reconhecimento a mais* (SC1).

Ao analisar a frequência de participação nas plenárias das trinta instituições homologadas no CGAPASA, observa-se que quatro nunca compareceram, doze participaram de 1 a 3 vezes, seis estiveram presentes de 4 a 6 vezes, e oito compareceram na maioria das plenárias, com presença registrada em 7 a 10 encontros (Figura 12).

[6] Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Figura 12 - Número de participações em plenárias pelas instituições homologadas no CGAPASA



Fonte: A autora, 2024

Pode ser constatada, ainda, a participação de 17 convidados entre moradores e representantes de instituições não homologadas pela CGAPASA. Desse total, apenas três instituições tiveram presença constante, participando de 6 a 8 plenárias. Embora essas instituições não homologadas tenham direito a voz durante as plenárias, elas não possuem direito a voto nas deliberações. Esse mecanismo garante que diferentes atores da sociedade possam contribuir com suas perspectivas e conhecimentos, promovendo um debate mais amplo e democrático, ao mesmo tempo que mantém a estrutura formal de decisão nas mãos dos membros oficialmente reconhecidos.

Ainda sobre representatividade da comunidade no CGAPASA, destaca-se que no território da APA há quatro escolas municipais, sendo três localizadas no município de Santa Cruz Cabrália e uma no município de Belmonte. No entanto, apenas as escolas de Santa Cruz Cabrália têm participado ativamente das plenárias. Ou seja, é necessário fortalecer os vínculos com esse setor, pois escolas, professores e estudantes não apenas disseminam conhecimento sobre a importância da conservação, mas também fortalecem o envolvimento da sociedade na proteção do território (Brito *et al*., 2018).

De modo geral, a presença da comunidade que não está vinculada às instituições, assim como os membros da comunidade escolar, foi considerada baixa, pois estiveram presentes nas plenárias entre 1 e 3 vezes.

Segundo Siburian *et al.* (2024), para o CG o envolvimento das comunidades locais é um aspecto essencial para promover parcerias de conservação, o que pode mitigar conflitos e fortalecer os esforços de preservação. Tais parcerias incentivam a colaboração e a responsabilidade compartilhada entre a gestão da APA e as comunidades, resultando em práticas mais sustentáveis e integradas.

Em consulta ao diário de campo, percebe-se que as principais razões para a ausência da comunidade nas plenárias são as limitações e dificuldades relacionadas ao transporte público da região, além das restrições nos canais de divulgação oficial, que anteriormente eram realizados apenas por e-mail para instituições homologadas e, mais recentemente, por meio de grupos no *WhatsApp*.

Em resumo, a participação efetiva dos conselheiros enfrenta diversos desafios, que vão desde a falta de infraestrutura, como transporte, até o nível de engajamento. Esses obstáculos se tornam ainda mais evidentes durante o processo de reestruturação pelo qual o CGAPASA está passando. Compreender essas dificuldades é fundamental para fortalecer o papel dos conselheiros e conselheiras, exigindo diálogo constante e colaboração mútua.

5.2 Análise das entrevistas semiestruturadas

5.2.1 Dinâmica interna do conselho gestor

Como mencionado anteriormente, o CGAPASA esteve inativo desde 2017, sendo reativado somente no final de 2022, em resposta às cobranças da própria comunidade. Durante esse período de desativação, diversos desafios se acumularam e a necessidade de um espaço de diálogo e gestão participativa tornou-se ainda mais urgente. No entanto, sabe-se que é preciso tempo para que seja construída uma dinâmica interna eficiente e harmoniosa (Castro, 2014) entre os representantes dos três setores existentes no conselho.

Por isso, a compreensão da dinâmica interna do atual CGAPASA foi essencial para identificar desafios e oportunidades a fim de melhorar o engajamento dos membros, e assim a gestão possa promover um ambiente mais colaborativo e transparente. Ou seja, a análise das percepções internas e dos fatores que influenciam a tomada de decisão no conselho é fundamental para seu bom funcionamento e alcance de seus objetivos estratégicos.

Sabe-se, porém, que a dinâmica do conselho é influenciada não apenas pelos valores individuais dos membros, mas também pelos relacionamentos estabelecidos entre eles. Fatores

externos também desempenham um papel significativo, podendo afetar o comportamento dos conselheiros e, consequentemente, suas interações e decisões coletivas (Marchiano *et al.,* 2023). Cita-se como um dos principais obstáculos externos a ausência de uma sede própria e infraestrutura adequada, onde possam ser realizadas as reuniões e demais ações do conselho. Além disso, a falta de apoio por parte dos órgãos públicos municipais e estaduais também se configura como um desafio relevante, que por vezes se omitem de suas obrigações, que traz à tona sentimento de impotência entre os demais membros.

Nas entrevistas semiestruturadas, foram explorados aspectos-chave para avaliar como essa dinâmica se estabelece dentro do CGAPASA. As respostas revelaram percepções e entendimentos variados, tanto entre os três setores representados quanto entre os próprios membros de um mesmo setor. Esses resultados apontam para um conselho com grande potencial, mas que enfrenta desafios significativos, conforme é possível observar nas análises abaixo:

- Sobre a formação de vínculos entre os conselheiros dos três setores que compõem o CGAPASA, as respostas refletem diferentes estágios e intensidades de vínculo entre os membros, indicando que, embora alguns vejam a relação como uma construção em andamento, outros percebem um maior engajamento e coesão entre os participantes. Isso sugere que os membros podem estar em fases diferentes de desenvolvimento e integração, e a construção de vínculos mais sólidos pode exigir tempo e esforços contínuos.

> *OPE1: Não [houve vínculo]. Depois que passa o tempo ali de reunião, a gente se dispersa um pouco.*
>
> *SC3: Parcialmente. Eu não diria que é uma coisa que tem sua formação certa ainda, é uma tentativa e um esforço.*
>
> *EL1: Na realidade eu vejo vínculo entre os diversos membros do Conselho[...] acho que como as pessoas que estão ali com a mesma visão de mundo, com a mesma disponibilidade e querendo contribuir para a mesma coisa, sem dúvida alguma. Foi criado [vínculo] sim.*

- Quanto à condução das reuniões, as respostas indicam uma visão geral de que, embora existam desafios relacionados à organização e ao ritmo das reuniões, há também uma liderança que se esforça para criar um ambiente participativo e esclarecedor. O reconhecimento das dificuldades, mas também o elogio à gestão e à condução das reuniões, reflete uma capacidade de superação e adaptabilidade, fundamentais para o sucesso do conselho.

> *OPE1: As reuniões são boas, mas são cansativas porque são um pouco extensas.*
> *SC3: acho um pouco tumultuada às vezes, né? Mas no final a gente acaba se esclarecendo.*
> *EL1: acho que sim, porque na realidade, a forma que a gestora conduz é muito antes ouvir os membros do conselho. E as ideias também vêm a partir daí.*
> *EL2: Acho que a condução, mesmo com todas as adversidades que a gente sabe que tem, como falta de recursos, mandato das pessoas, a gestora tem conseguido conduzir de forma muito boa.*

- Quanto à clareza das informações repassadas, as respostas indicam uma divergência na compreensão das reuniões, sugerindo que, enquanto alguns membros conseguem entender claramente o conteúdo, outros enfrentam dificuldades, especialmente devido a termos técnicos ou siglas não explicadas. Isso aponta para a necessidade de uma comunicação mais acessível e inclusiva, onde todos os membros possam participar plenamente, independentemente da familiaridade com o tema ou a linguagem usada.

> *SC2: Algumas coisas são fáceis de entender, algumas coisas a gente não entende, principalmente as siglas.*
> *EL1: Muito claras e coerentes.*
> *EL2: Sim. Muito*

- Quanto ao acolhimento de ideias, as respostas indicam que, enquanto algumas ideias e iniciativas são amplamente acolhidas e colocadas em prática, há uma certa cautela ou resistência em relação a propostas que envolvem os empreendedores locais ou que possam ser vistas como contraditórias aos interesses do bem comum. Esse cenário aponta para a necessidade de um equilíbrio entre a abertura para diferentes contribuições e a preservação dos objetivos centrais do conselho.

> *OP1: A depender do tema e a depender de quem propõe o grupo acolhe bem.*
> *SC1: Sim, são tão acolhidas que muitas das ideias já estão sendo colocadas em prática.*
> *EL2: Essa questão da acolhida, depende muito do interesse e percepção de cada um, aquilo que logicamente envolve o bem comum, como educação ambiental e projetos de turismo são bem acolhidos, mas eu não sei se, por exemplo, se alguma iniciativa trazida por empresários, seria bem recepcionada ou se já teria meio que essa defesa natural que muitas vezes é comum, a gente vê aí que é uma pena que as coisas não têm que ser assim. Mas eu tenho minhas dúvidas o quão bem acolhido seria.*

- Quanto ao sentimento de pertencimento, as respostas indicam diferentes interpretações, ou seja, para alguns o sentimento está associado a um processo de integração e acolhimento mútuo, enquanto para outros o pertencimento pode estar mais relacionado à função ou ao papel específico dentro do conselho. No geral, todos os entrevistados demonstram algum grau de identificação com o conselho, mas as formas de

pertencimento podem variar dependendo da experiência individual e das expectativas de cada membro.

> *OPE1: Sim. Desde o início a gente foi se conhecendo ali e de certa forma, isso deu uma segurança e uma sensação de acolhimento.*
> *SC3: Sim, sinto. Somos fortes. Somos a força desse conselho.*
> *EL2: Me sinto pertencente sim, dentro do papel que é atribuído a um representante de iniciativa privada.*

- Quanto à comunicação entre os membros, as respostas demonstram que, embora haja reconhecimento da diversidade de opiniões e dos desafios de comunicação dentro do conselho, também há uma disposição para lidar com essas diferenças de forma aberta e construtiva. O conselho é reconhecido como um espaço de debate dinâmico, onde a competência dos membros e a aceitação de divergências podem contribuir para um processo de gestão mais eficaz.

> *SC1: Não só o nível de comunicação. Mas se você for olhar o membro do conselho da APA hoje, as pessoas, elas têm uma capacidade impressionante[...] e eu acho que isso fortalece até os outros setores.*
> *SC2: Nem todas as vezes, nem todas as vezes é consenso, né? Cada um tem uma opinião algo diferente.*
> *EL1: Mais ou menos. Eu acho que tem alguns membros que na realidade fazem questão de reclamar gratuitamente. E justamente são esses membros que acabam contribuindo menos.*
> *EL2: Sim, acredito que sim. O conflito é inerente a esse tipo de organização. Tem, logicamente, os desvios de percepção, entendimento, o que cada um quer ouvir, né? Não adianta você só falar, depende do que a pessoa quer ouvir. Mas acredito que elas são bem aceitas sim.*

- E, por fim, quanto às melhorias e otimização esperadas para o CGAPASA, as respostas indicam várias áreas que precisam ser aprimoradas, como a necessidade de um planejamento mais eficaz, maior engajamento de todos os conselheiros e conselheiras, mais apoio à gestora e a concretização das ações propostas. A construção de parcerias estratégicas com o poder público e o setor privado, juntamente com a definição de ações mais objetivas e claras, são vistas como fundamentais para o sucesso na implementação das iniciativas do conselho.

> *OPE1:A gente precisa se organizar no sentido de efetivar essas ações de educação ambiental.*
> *SC1: A gente precisa se aproximar mais do poder público e até mesmo das próprias empresas que estão em torno para poder a gente cobrar essa responsabilidade social e ambiental delas.*
> *SC2: Talvez a participação assídua dos conselheiros, visitantes e poder público.*
> *SC3: a melhora seria mesmo se tivesse um pouco de respeito pela gestora. Assim, da parte do poder público, principalmente do Estado, porque ela não pode ficar sozinha.*

> *EL1: eu gostaria, enquanto membro do conselho, ter colocado mais a mão na massa. Assim, em termos de contribuição efetiva de poder provocar mudanças. O turismo de base comunitária, que eu acho que foi uma super sacação, mas eu senti falta da gente dar continuidade a isso. Acho que o turismo de base comunitária, ele pode ser a principal ferramenta para fortalecer as comunidades para elas não serem devoradas por tudo isso que está chegando.*
>
> *EL2: definir de forma mais clara as metas que se vai ter ao longo de um exercício, né? Para você ter uma ideia para onde você tá caminhando. Às vezes eu tenho essa impressão de que as pautas trazidas são criadas ali no meio do que está acontecendo. Então poderia fazer uma condução assim mais objetiva, em termos de ter meta definida e indicadores.*

Em resumo, para que o conselho seja mais eficaz, é essencial fortalecer sua estrutura e planejamento, além disso, é fundamental estabelecer estratégias para melhorar o engajamento dos envolvidos, garantindo maior participação do poder público e auxílio a gestora da APA. A continuidade e o acompanhamento de projetos essenciais, como o turismo de base comunitária, devem ser priorizados, assegurando que boas iniciativas sejam implementadas de forma consistente. Por fim, a comunicação deve ser mais acessível e inclusiva para assegurar a participação de todos no processo decisório.

5.2.2 Intervenção socioeducativa

Segundo Loureiro e Cunha (2008), para garantir um processo participativo eficaz, é fundamental desenvolver ações de mobilização e engajamento, assegurar a presença dos membros nas reuniões e oferecer formação que qualifique sua atuação, especialmente para aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioambiental. Complementando essa perspectiva, Gomes Filho *et al.* (2006) ressaltam que, embora a paridade quantitativa na representação do conselho seja importante, ela perde seu significado se não for acompanhada por uma paridade qualitativa. Isso exige a implementação de processos educativos que possibilitem um entendimento da realidade local e uma participação efetiva de todos os grupos representados.

Ou seja, para que o conselho funcione como uma verdadeira instância democrática de decisão, é essencial um processo contínuo de construção de conhecimento. Processo esse que não deve se limitar a uma simples tradução de informações, mas sim promover a articulação entre diferentes saberes, reconhecendo e valorizando a diversidade presente nesse espaço público (Loureiro; Cunha, 2008).

Reconhecendo a importância dos processos formativos junto aos conselheiros e conselheiras da APA de Santo Antônio como forma de assegurar a efetividade da gestão

participativa, a gestora da APA tem investido na promoção de capacitações, seminários e espaços de diálogo que possibilitem a troca de conhecimentos entre os membros. Essas iniciativas buscam fortalecer a atuação do conselho, garantindo que todos os participantes compreendam seu papel, as atribuições dos órgãos e os desafios da gestão ambiental.

Dessa forma, o processo de formação realizado com os conselheiros e conselheiras da APA de Santo Antônio, no biênio 2022-2024, contribuiu para o desenvolvimento da compreensão necessária sobre as complexidades socioambientais, as normativas legais e as dinâmicas ecológicas que regem a APA. Além de reafirmar o papel do conselheiro e conselheira, conforme foi relatado pelos entrevistados:

> *OPE1: Me ajudou a perceber, em que sentido e onde eu posso colaborar mais com o conselho e, também, com a comunidade que a gente vive.*
> *SC1: Sim. Em tudo, desde a comunidade local, desde o olhar do poder público, desde o olhar da educação da escola.*
> *EL1: Os Seminários acrescentaram demais e acho que trouxeram mais ferramentas para que eu pudesse lidar com isso tudo.*

Quando perguntado sobre quais temas deviam ser prioritários no próximo biênio (2024-2026) foram apontados: acessos a praias, políticas públicas, resíduos sólidos, zoneamento, dinâmica do conselho e governança.

Ressalta-se que um CG capacitado será capaz de atuar de maneira proativa na identificação e resolução de conflitos, na implementação de políticas públicas eficazes e na mobilização da comunidade local em torno de práticas que garantam a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, o processo de formação continuada não apenas visou elevar a qualidade das reflexões e decisões do grupo, mas também empodera os conselheiros e conselheiras a desempenharem um papel ativo e transformador junto com a gestão da APA.

5.2.3 A gestão participativa e a educação ambiental

No Quadro 8, apresenta-se o processo de construção das categorias, partindo da interpretação e análise das Unidades de Significado, das quais emergiram as categorias iniciais, posteriormente agrupadas em categorias intermediárias. Seguindo as premissas da ATD, buscou-se identificar conexões e inter-relações entre essas categorias, permitindo a formulação de parágrafos explicativos que articulam os achados da pesquisa com o referencial teórico. Essa interação entre análise e teoria resultou na construção do “metatexto”.

De forma geral, o Quadro 8 sugere que a educação ambiental é essencial para fortalecer a gestão participativa da APA e conectar os diferentes atores sociais ao contexto socioambiental da região. Os trechos das entrevistas utilizadas refletem tanto avanços quanto desafios, evidenciando a necessidade de melhorar a comunicação, a capacitação dos conselheiros e o envolvimento do poder público para garantir uma gestão mais eficaz e inclusiva.

Quadro 8 - Unitarização e categorização na Análise Textual Discursiva

Trechos das entrevistas	**Unidade de Significado**	**Categoria inicial**	**Categoria intermediária**
Acho que ela [gestora] leva da melhor forma possível e ela tenta transparecer as coisas que repassa pra gente da melhor forma possível.	Análise da Gestão	Gestão Participativa	A gestão da APA deve utilizar-se da educação ambiental para conectar os diversos atores sociais do território ao contexto socioambiental
Fico impressionada com a capacidade que ela [gestora] tem e de poder dar espaço para todas as vozes, mas sem deixar que vire uma bagunça a reunião.			
Minhas falas sempre são registradas nas atas e eu fico muito, muito feliz em participar de um conselho que a gente tem voz.			
A gestora tenta, mas não tem apoio. É nítido que ela não tem apoio. A gestão pública também não está junto.			
A depender do tema e a depender de quem propõe[...] o pessoal da sociedade civil, com o pessoal dos empreendimentos, às vezes nenhum dos dois lados, tem a paciência de ouvir um ao outro.	Integração do grupo		
"Na maior parte do tempo, entendo que tem um diálogo bem bacana[...] porém o diálogo, só é aqui [plenária], fora do Conselho a gente não tem".			
"Esse conselho é dividido por muitos interesses, então depende do interesse de cada um[...] não [necessariamente] naquilo que a gente precisa para o movimento socioambiental".			
"Entre as diferentes posições que tem lá [no conselho] e nas diferentes representações sei que existe o respeito, mas vínculo não sei se dá para afirmar não".			
"O que me chamou mais a atenção foi o licenciamento e a de zoneamento, então o processo eu achei que foi bem esclarecedor e levou até a entender qual na verdade era o meu papel como conselheiro".	Processo formativo	Educação Ambiental	
"Foram programas importantíssimos, principalmente por temas que muitas vezes a gente não conhece. Ele foi fundamental para o crescimento, para um engajamento".			
"Foi super válido tudo e todo esse conhecimento é importante. O turismo de base comunitária foi muito enriquecedor. O que a gente esperava é que tivesse uma resposta do poder público local para virar um projeto mesmo de lei para o município".			

Trechos das entrevistas	Unidade de Significado	Categoria inicial	Categoria intermediária
"Os Seminários acrescentaram demais e acho que trouxeram mais ferramentas para que eu pudesse lidar com isso tudo".			
"Eu queria ver mais efetividade na questão de educação ambiental, a gente tirar do papel".	Ações com a comunidade		
"Fazer uma educação ambiental mesmo, de verdade, crítica e com o poder público junto".			
"Ação fortemente na conscientização na parte de educação ambiental, lixo, queimadas, pescador[...] E um outro ponto seria política pública com projetos de [...] turismo de base comunitária e de geração de renda".			
"O turismo de base comunitária eu entendo como a mais importante".			

Fonte: A autora, 2024.

As percepções dos entrevistados sobre a gestão da APA de Santo Antônio reconhecem a atuação da gestora na condução do conselho e na promoção da participação dos membros, apesar das limitações apontadas, como a falta de suporte institucional e a necessidade de uma melhor organização interna. Enquanto alguns ressaltam o esforço para manter a participação ativa, outros indicam dificuldades relacionadas ao comprometimento dos membros e à influência de interesses individuais. A integração do grupo também apresenta contrastes, com relatos que vão desde um ambiente democrático e respeitoso até críticas sobre a falta de diálogo fora das reuniões e a divisão de interesses entre os conselheiros.

A educação ambiental emerge como um elemento central para fortalecer a gestão da APA, conectando as questões socioambientais aos atores envolvidos. Os entrevistados valorizam o aprendizado proporcionado e enfatizam a importância dos temas abordados para suas atuações. A necessidade de investimentos em sensibilização, debates e projetos de turismo sustentável é destacada como uma estratégia para aumentar a conscientização e o engajamento da comunidade e dos gestores. De forma geral, o quadro evidencia a importância da educação ambiental e da participação efetiva dos diversos atores sociais, além da necessidade de melhorias na comunicação, na capacitação dos conselheiros e no envolvimento do poder público para garantir uma gestão mais eficaz e inclusiva.

5.3 Análise dos resultados com base nos indicadores da PPEA

A fim de enriquecer a análise, foi realizada uma avaliação com base nas dimensões e indicadores das Políticas Públicas de Educação Ambiental, construídos pela ANPPEA. Essa

abordagem possibilitou uma leitura mais aprofundada do processo, evidenciando os aspectos de acompanhamento e monitoramento das ações que vem contribuindo para a construção das políticas públicas de EA no CGAPASA. Ressalta-se, contudo, que os indicadores da ANPPEA apresentam potencial para evolução, de modo a contemplar de forma mais específica as realidades e particularidades das UCs.

O Quadro 9 apresenta a sistematização da avaliação do CGAPASA, à luz das dimensões e dos indicadores ANPPEA, evidenciada a partir dos dados coletados sobre a experiência em perspectiva neste estudo.

Quadro 9 – Síntese da análise do conselho gestor a partir das dimensões e indicadores da PPEA

Dimensões	Indicadores	Perguntas norteadoras	Está contemplado?	Respostas/Evidências
Dimensão Diagnóstica	1. Diagnóstico para construção da PPEA	Realizou Diagnóstico?	Sim	Realizado antes da homologação dos membros do CG. Através da reunião preparatória para o CGAPASA, em 29 e 30/06/2022. Participaram servidores INEMA e representantes da sociedade civil, setor privado e poder público.
Dimensão da Participação e Construção Coletiva	2. Mobilização Social	Foi utilizada alguma estratégia de mobilização social?	Sim	Distribuição de panfletos, redes sociais, reuniões e palestras. Os membros do CG aderiram a mobilização.
	3. Existência de espaço coletivo (colegiado) para construir e implementar a PPEA	Foi utilizado ou criado algum espaço coletivo e/ou colegiado no processo de construção / implementação da PPEA?	Parcialmente	Foram criados Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas com os membros do CG, porém não houve adesão esperada.
Dimensão da Formação Dialógica	4. Desenvolvimento de processo formador para a construção e implementação da PPEA	É realizado algum processo formador / capacitação / educativo?	Sim	Durante as plenárias foram abertos espaços para capacitação dos membros do CG, em formato de palestras, oficinas e debates.
	5. Articulação entre teoria e prática do processo formativo/pedagógico	O(s) processo(s) de formação contempla(m) a articulação entre teoria e prática?	Parcialmente	Alguns projetos foram colocados em prática, porém, ainda de forma embrionária. Por exemplo, falta estruturar os projetos de Turismo de Base Comunitária e Educação Ambiental com a comunidade residente e flutuante da APA.
	6. Diversidade de Técnicas/estratégias utilizadas nos processos formativos	Quais foram as principais técnicas utilizadas no processo de formação?	Sim	Foram exploradas várias técnicas durante os processos formativos, como: técnicas expositivas, oficinas, grupos de trabalho, rodas de conversa e escuta ativa.

Dimensões	Indicadores	Perguntas norteadoras	Está contemplado?	Respostas/Evidências
	7. Diversidade de públicos envolvidos	Existe um público específico que é atendido pela PPEA??	Sim	Os processos formativos eram abertos a todas as pessoas presentes nas plenárias do CG que demonstrassem interesse em participar, sem qualquer tipo de distinção.
	8. Avaliação dos processos formativos	Houve processo de avaliação relacionado à formação?	Sim	No final das plenárias, a gestora da APA dava oportunidade para que os participantes compartilhassem suas percepções sobre o momento de formação, bem como descrevessem em uma palavra seu sentimento com a plenária.
Dimensão da Intervenção Socioambiental	9. Intervenções socioambientais geradas a partir da execução da PPEA	A PPEA está gerando alguma intervenção socioambiental?	Sim	A partir da consolidação da temática de EA com os membros do CG, percebeu-se empoderamento dos membros e desdobramentos com a comunidade. Por exemplo, eventos de EA da escola do Guaiú envolvendo professores, estudantes e a comunidade.
Dimensão da Subjetividade / Indivíduo	10. Elevação da autoestima dos envolvidos	A PPEA prevê(iu) algum elemento para identificar a elevação da autoestima dos envolvidos?	Não	Em construção.
	11. Laços e vínculos comunitários / sociais	A PPEA estimula construção/ fortalecimento de laços comunitários no seu território de abrangência?	Parcialmente	Apesar de os membros do CG reconhecerem a importância das ações socioambientais no território, essas iniciativas ainda são insuficientes e conduzidas por um grupo específico de conselheiros. A gestão da APA precisará traçar estratégias para fortalecer o sentimento de vínculo e pertencimento entre os demais membros do conselho.
	12. Valorização da cultura associada às atividades ambientais	A PPEA promoveu ações socioambientais articuladas com as iniciativas culturais?	Sim	Junto com o Instituto Brasil Chama África e Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia (ASCAE) foram desenvolvidas várias ações culturais na APA.
Dimensão da Complexidade	13. Articulação Temática	A execução / implementação da PPEA está articulada com outra(s) ações e/ou políticas públicas?	Sim	As ações do CG envolvem inúmeras temáticas de desenvolvimento ambiental, social, econômico, rural e urbano.
	14. Articulação de Redes, Movimentos socioambientais e Coletivos Educadores	A PPEA está articulada / integrada com alguma Rede / Coletivo / Movimento	Não	Em construção.

Dimensões	Indicadores	Perguntas norteadoras	Está contemplado?	Respostas/Evidências
		Socioambientais nas escalas de abrangência regional, nacional e/ou global?		
	15. Conexão e articulação com referências e documentos internacionais	A implementação da PPEA dialoga com quais documentos internacionais de referência?	Sim	Vários documentos internacionais são referências e embasam as ações do CG, como: Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis; Carta da Terra; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS; Convenção sobre Diversidade Biológica; Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.
	16. Apoio à Ações Afirmativas de enfrentamento às desigualdades e discriminações	A PPEA promove ações que dialogam com temas relacionados a ações afirmativas de enfrentamento da desigualdade e qualquer tipo discriminação em seu território de atuação?	Sim	As ações do CG tem como premissa o enfrentamento a discriminação racial, de gênero e social.
Dimensão Institucional	17. Instrumento legal da PPEA	A PPEA está apoiada em algum instrumento legal?	Sim	Os instrumentos legais que embasam o CG, são: Decreto Estadual nº 3.413/1994 - criação APA de Santo Antônio; Lei Federal 9.985/2000 - SNUC; Decreto Federal nº 4.340/2002 - regulamenta SNUC; Portaria INEMA n° 27.202/2022 - nomeação dos membros do CGAPASA biênio 2022-2024; Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).
	18. Instrumento pedagógico participativo de base	Existe algum instrumento pedagógico que oriente a PPEA?	Não	Em construção.
	19. Gestão racional dos bens naturais, patrimoniais e bens públicos	Existem práticas internas de uso racional dos recursos naturais e bens públicos?	Não	A APA de Santo Antônio não possui uma sede própria. Ações voltada para uso racional dos recursos naturais e bens públicos baseiam-se na sensibilização dos conselheiros através de estímulo a reflexão crítica e a mudança de atitude.
	20. Suporte orçamentário	Existem recursos financeiros para a viabilização	Parcialmente	A estrutura do órgão gestor da APA disponibiliza o deslocamento e diárias da gestora da APA. E para a

Dimensões	Indicadores	Perguntas norteadoras	Está contemplado?	Respostas/Evidências
		das reuniões da PPEA?		viabilização das reuniões do CG está previsto um adiantamento.
	21. Infraestrutura física	Existe infraestrutura física para a execução da PPEA?	Não	A APA de Santo Antônio não possui uma sede própria. No período analisado as reuniões ocorreram em sua maioria no GADAP. Não possui, ainda, veículos ou equipamentos audiovisuais que possam ser utilizados nas ações de EA.
	22. Estrutura Organizacional	Qual posição da EA na estrutura administrativa/ organizacional da instituição?	Sim	Nível 2 A estrutura organizacional está pautada na Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 12.056/2011), no Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia-PEA-BA e no SNUC.
	23. Recursos humanos empregados na PPEA	Há equipe dedicada a implementação da PPEA?	Parcialmente	Há apenas um funcionário do INEMA, na figura da gestora da APA de Santo Antônio, dedicada as funções técnicas e de governança.
	24. Monitoramento e Avaliação da PPEA	Estão previstos mecanismos de avaliação, monitoramento e revisão da PPEA?	Sim	Em parceria com o NUPPEA/UFSB são desenvolvidas pesquisas de mestrado, que visam avaliar a efetividade das ações do CG.
Dimensão da Comunicação	25. Plano e Ferramentas de Comunicação	Existe um Plano de Comunicação da PPEA?	Não	Atualmente, as ações do CG são divulgadas por meio da página do Instagram 'MeuSantoAndre', uma iniciativa da comunidade local.
	26. Interlocutores do processo de comunicação	Quem são os interlocutores no processo de comunicação da PPEA?	Parcialmente	Os interlocutores são os conselheiros da APA de Santo Antônio e outros participantes da comunidade. Porém não há uma estrutura definida.
	27. Educomunicação e/ou Comunicação Social	São utilizados processos de educomunicação e/ou comunicação social?	Não	Há um projeto de educomunicação “Estrada Cênica” em desenvolvimento, que busca recursos financeiros para sua implementação.

Fonte: A autora, 2025.

As respostas e evidências apresentadas no Quadro 9 revelam um panorama abrangente sobre a atuação do CGAPASA, considerando os principais eixos de avaliação das PPEA apresentamos abaixo uma análise geral por dimensão:

- Dimensão Diagnóstica: a gestão da APA demonstrou compromisso com o planejamento inicial ao realizar diagnóstico participativo antes da homologação dos

conselheiros. Essa etapa é fundamental para garantir que as ações estejam alinhadas com a realidade local.

- Dimensão da Participação e Construção Coletiva: houve forte mobilização social, mas a adesão aos grupos de trabalho e câmaras técnicas foi limitada, indicando uma base participativa promissora, porém ainda frágil na articulação mais profunda.

- Dimensão da Formação Dialógica: os processos formativos foram amplos, diversos e acessíveis, envolvendo diferentes públicos e técnicas. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados quanto à efetiva articulação entre teoria e prática, especialmente na implementação contínua de projetos com a comunidade local.

- Dimensão da Intervenção Socioambiental: observa-se um processo de empoderamento dos conselheiros, que passaram a atuar como multiplicadores junto à comunidade. Como exemplo significativo, destacam-se as ações realizadas na escola do Guaiú, que envolveram professores, estudantes e moradores locais em eventos educativos voltados para a sensibilização ambiental. Isso evidencia um impacto concreto, embora ainda em fase inicial de consolidação.

- Dimensão da Subjetividade / Indivíduo: revela que, embora existam iniciativas relevantes no campo da valorização cultural e alguns avanços no fortalecimento de vínculos comunitários, aspectos mais subjetivos, como autoestima e pertencimento, ainda carecem de atenção sistemática. A construção de PPEA efetivas exige o reconhecimento das dimensões simbólicas, afetivas e identitárias dos sujeitos e territórios envolvidos. Portanto, recomenda-se o desenvolvimento de práticas reflexivas e avaliativas que envolvam escuta ativa, memória social, e processos de coautoria na construção da PPEA.

- Dimensão da Complexidade: revela que o CG já opera com uma perspectiva abrangente e articulada a agendas globais, promovendo intersecções temáticas e ações afirmativas no território. No entanto, a ausência de articulação com redes e movimentos sociais limita o potencial coletivo e político do processo, sinalizando um ponto de melhoria prioritário.

- Dimensão Institucional: a gestão da APA é realizada com recursos limitados. Apesar do suporte orçamentário parcial e do embasamento legal, há carências

institucionais importantes, como ausência de equipe técnica, infraestrutura e plano pedagógico estruturado.

- Dimensão da Comunicação: apresenta fragilidades significativas, especialmente pela ausência de um plano estruturado e de processos sistemáticos de educomunicação. Embora haja iniciativas comunitárias valiosas, elas ainda operam de forma isolada e não articulada com uma estratégia de comunicação pública. Esse cenário reforça a necessidade urgente de desenvolver uma estratégia de comunicação participativa, que integre ferramentas digitais, interlocutores comunitários e práticas educomunicativas, de forma a garantir maior visibilidade, transparência e envolvimento da sociedade nos processos de EA.

O CGAPASA apresenta avanços importantes em mobilização social, formação e intervenções com a comunidade, além de estar legalmente constituído e alinhado com referências internacionais. No entanto, enfrenta fragilidades institucionais e comunicacionais, além de ausência de estratégias para fortalecimento da subjetividade e vínculos sociais. O uso dos indicadores da ANPPEA permitiu uma leitura crítica que aponta caminhos para o fortalecimento da gestão participativa e da EA como política pública estruturante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise das documentações, observações e entrevistas, ficou evidente que o Conselho Gestor da APA de Santo Antônio possui tanto potencialidades quanto desafios que afetam sua capacidade de atuação.

Cita-se como potencialidades: representatividade dos diversos setores; integração de saberes locais e conhecimentos técnicos; possibilidades de desenvolver programas de educação ambiental formal e não formal; fortalecimento da articulação interinstitucional; e adoção da gestão participativa.

Destaca-se, nesse sentido, o papel fundamental da gestora da APA, cuja atuação tem sido decisiva para a implementação e fortalecimento da gestão participativa no CG. Seu trabalho na articulação entre diferentes atores, incentivo à participação ativa dos conselheiros e promoção do diálogo entre comunidades locais, instituições e órgãos públicos tem sido essencial para consolidar um modelo de governança mais democrático e inclusivo.

Quanto aos desafios, pontua-se: ausência de infraestrutura e recursos limitados que restringem o funcionamento eficaz do CG; oscilação na participação dos(as) conselheiros(as); falta de envolvimento dos órgãos públicos municipais; exigências burocráticas e pouca disponibilidade de servidores; e falta de continuidade nas ações de fiscalização por parte de órgão público estadual.

As potencialidades, podem transformar o CGAPASA em um espaço estratégico para a gestão participativa do território, conciliando proteção ambiental, bem-estar das comunidades locais e desenvolvimento econômico. Em contraste, os desafios limitam a capacidade dos conselheiros de contribuir de forma mais eficaz.

Observações preliminares apontam para a necessidade de desenvolver e implementar as políticas públicas nas UCs que fortaleçam as potencialidades identificadas. Isso inclui a consolidação dos mecanismos de gestão e fiscalização, reduzindo as pressões ambientais e garantindo a preservação dos ecossistemas e o bem-estar social. Além disso, a continuidade do processo formativo junto aos conselheiros é essencial para estimular a construção do conhecimento, estabelecendo uma base comum de entendimento que qualifique a participação e torne as ações do Conselho mais eficazes.

A análise das dimensões e indicadores propostos pela ANPPEA recomendam, ainda, estruturar um plano de comunicação e educomunicação, desenvolver um instrumento pedagógico participativo, investir em infraestrutura e suporte orçamentário e integrar o CG a redes e coletivos socioambientais.

Outro aspecto crucial é a revisão do plano de manejo para a APA de Santo Antônio e de sua compatibilização com os planos de desenvolvimento urbanos municipais. Essa ação é fundamental para aprimorar a gestão da unidade e promover uma integração mais eficiente entre conservação e desenvolvimento local.

Para abordar as questões levantadas e diagnosticar o grau de maturidade do CGAPASA, são necessárias novas pesquisas para profundar sobre aspectos de participação e percepção interna que ainda não foram suficientemente explorados, bem como, novas análises das dimensões e indicadores propostos pela ANPPEA. Questões sobre quem exerce mais influência nas plenárias, como as justificativas são apresentadas e quais os aspectos internos e externos que mais afetam a participação são pontos importantes para entender o caminho democrático que o conselho está seguindo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joel Costa de; BOMFIM, Alexandre Maia do. Educação Ambiental e Participação: a necessária atuação nos fóruns de gestão ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 35, n. 2, p. 228-247, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.14295/remea.v35i2.7747. Acesso em: 15 set. 2024.

ANDRADE, Riley *et al*. Learning pathways for engagement: understanding drivers of pro-environmental behavior in the context of protected area management. **Journal of Environmental Management**, v. 323, p. 116-204, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2022.116204. Acesso em: 19 set. 2024.

ARAÚJO, Natercia Corrêa de. Unidades de conservação da cidade do recife: espaço de educação não formal para o ensino das ciências. 139 ed. **Ciências Biológicas**, v. 28, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.69849/revistaft/ar10202410100816. Acesso em: 12 jan. 2025.

AZEVEDO JÚNIOR, José Francisco. **Análise de um modelo em desenvolvimento de gestão participativa em conselhos gestores de unidades de conservação de uso sustentável (Áreas de Proteção Ambiental – APA), como instrumento de políticas públicas**. 2011. 397 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, SP, 2011.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). **Portaria nº 27.202, de 20 de outubro de 2022**. Nomeação do Conselho Gestor da APA de Santo Antônio, para o biênio 2022/2024. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, [2022]. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/conselhos-gestores-de-uc/cg-apa-santo-antonio/. Acesso em: 12 set. 2024.

BAHIA. Grupo Ambientalista da Bahia; SOS Mata Atlântica. **Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica de Belmonte**. Belmonte, BA, 2017, 90 p.

BAHIA. Grupo Ambientalista da Bahia; SOS Mata Atlântica. **Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica de Santa Cruz Cabrália**. Santa Cruz Cabrália, BA, 2016, 112 p.

BAHIA. **Lei nº 12.056, de 7 de janeiro de 2011**. Institui a política de educação ambiental do estado da Bahia, e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, [2011]. Disponível em: http://www.seia.ba.gov.br/legislacao-ambiental/leis/lei-n-12056-0. Acesso em: 1 set. 2024.

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável da costa do descobrimento**. Salvador, [s.n.], 2002. 239 p. Disponível em: http://www.setur.ba.gov.br/arquivos/File/PDITSDescobrimento.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Planejamento Ambiental e Arquitetura Ltda. **Plano de manejo: Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio**. Salvador: [s.n.], 1996. 252 p.

Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/PMdeSantoAntnio.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

BAHIE DOS SANTOS, Ericka Simony; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. The importance of environmental education: a man-nature relationship. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 4, p. 423–432, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.4853. Acesso em: 10 fev. 2025.

BARROS, Larissa Suassuna Carvalho; LEUZINGER, Marcia Dieguez. Planos de manejo: panorama, desafios e perspectivas. **Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito**, v. 13, n. 2, p. 281-303, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/81895. Acesso em: 8 set. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Ubuntu: habitar um local, partilhar um lugar, compartir uma vida. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação, Agroecologia e Bem Viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba, SP: **MH-Ambiente Natural**, 2017. p. 171-186. ISBN 978-85-54939-01-4.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. Disponível em: https://cnuc.mma.gov.br/powerbi . Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Educação ambiental por um Brasil sustentável:** ProNEA, marcos legais e normativos. 5 ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação, 2018. E-book. 104 p. ISBN 978-85-7738-425-9. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/2020/01/programanacionaldeea_pronea5aed_2019.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Série educação ambiental e comunicação em unidades de conservação**. Brasília: Grande Circular, v. 3, 2015. *E-book* (66 p.): O desafio de garantir participação no complexo universo da gestão. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/caderno3.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução n. 248, de 25 de agosto de 2010**. Dispõe sobre critérios e procedimentos para a avaliação de impactos ambientais em unidades de conservação. Diário Oficial da União, Brasília, 25 ago. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o SNUC, e dá outras providências. DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/551861. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999-04-27;9795. Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução n. 10, de 5 de maio de 1988**. Estabelece normas e critérios para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 5 mai. 1988. Revogada pela Resolução CONAMA n. 1, de 23 de janeiro de 1990.

BRASIL. **Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1981]. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/548778. Acesso em: 17 set. 2024.

BRITO, Renato de Oliveira; SÍVERES, Luiz; CUNHA, Célio da. Participative management and socio-environmental sustainability: a study of public schools of Sobral, CE, Brazil. **European Journal of Multidisciplinary Studies**, v. 3, n. 2, p. 152–162, 2018.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: **Vozes**, 2017. ISBN 978-85-326-5502-8.

CASTRO, Mônica Aparecida de. **Comunicação interna e gestão de pessoas:** interfaces e perspectivas de integração e diálogo nas organizações. 2014. 279 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2014.

CATOJO, Adriana Maria Zalla; JESUS, Sílvia Cristina de. As unidades de conservação do estado de São Paulo: planos de manejo e representatividade. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 15, n. 6, p. 2921-2943, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.26848/rbgf.v15.6.p2921-2943. Acesso em: 17 set. 2024.

CEREZINI, Monise Terra; CASTRO, César Nunes de. O sistema nacional de unidades de conservação da natureza (SNUC) e a preservação da caatinga. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental** (BRUA), Brasília, v. 27, n. 27, p. 51-63, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.38116/brua27art4. Acesso em: 17 set. 2024.

DE GREGORIO, Aline; LORENCINI JÚNIOR, Álvaro. A dimensão valorativa da educação ambiental (EA): aspectos formativos para uma prática transformadora. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18675/2177-580x.2023-16696. Acesso em: 17 set. 2024.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 10 ed. Campinas: **Autores Associados**, 2002. 83 p. ISBN 9786588717691.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: **Artmed**, 2006. p. 15-41.

DILEK, Merve; GOKCE, Nazli. UNEP ve tiflis bildirgesi'nin amaç ve hedeflerine göre sosyal bilgiler dersi öğretim programının incelenmesi. **International Journal of Social, Political and Economic Research**, v. 8, n. 1, p. 111-135, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.46291/ijospervol8iss1pp111-135. Acesso em: 17 set. 2024.

FACIN, Marcio Andre; SOLER; Antônio Carlos Porciúncula; VERAS NETO, Francisco Quintanilha; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. Conselhos ambientais: considerações para fomentar a educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 28, p. 17-31, 2012. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3102/1773. Acesso em: 1 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

GALIAZZI, M. do C.; SCHMIDT, E. B. Movimentos da Análise Textual Discursiva em pesquisas de Educação Ambiental. **Educação**, [s.l.], v. 45, n. 1, p. e97/ 1–19, 2020. DOI: 10.5902/1984644439445. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/39445. Acesso em: 1 fev. 2025.

GAMARRA, Norah Costa; CORREIA, Ricardo Aleixo; BRAGAGNOLO, Chiara; CAMPOS-SILVA, João Vitor; JEPSON, Paul R.; LADLE, Richard James; MALHADO, Ana Cláudia Mendes. Are protected areas undervalued? An asset-based analysis of Brazilian protected area management plans. **Journal of Environmental Management**, v. 249, 2019. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479719310564. Acesso em: 10 jan. 2025.

GOMES FILHO, A.; AMARAL, P. P. do.; CUNHA, C. C. Criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema. Rio Branco: **Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá**, 2006.

GRINDSTED, A. Interactive resources used in research interviewing. **HERMES - Journal of Language and Communication in Business**, v. 17, n. 32, p. 117–144, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.7146/HJLCB.V17I32.25762. Acesso em: 12 jan. 2025.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José Q. Multimétodos. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). Temas básicos em psicologia ambiental. São Paulo: **Vozes**, 2012. p. 250-266.

INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO (IAS). **Indicadores de saneamento no Brasil**. 2024. Disponível em: https://www.aguasaneamento.org.br. Acesso em: 15 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada de Belmonte**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/belmonte.html. Acesso em: 10 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada de Santa Cruz Cabrália**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/santa-cruz-cabralia.html. Acesso em: 10 jan. 2025.

JERONYMO, Carlos André Luz. **Análise da categoria de manejo área de proteção ambiental e uma proposta de índice para avaliação do grau de estabelecimento de seus sítios protegidos**. 2019. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. 383 p. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/14249. Acesso em: 1 set. 2024.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579. Acesso em: 19 set. 2024.

ŁAWNICZAK, Radzym; KUBIAK, Jarosław. Implementation of the 1:10 000 scale for visualisation of environmental changes. **The Cartographic Journal**, v. 50, n. 1, p. 82–90, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1179/1743277412Y.0000000009. Acesso em: 10 jan. 2025.

LE ROUX, Cheryl. Teaching towards Christian environmental stewardship – to what extent are the Tbilisi Declaration objectives for environmental education relevant? **Koers - Bulletin for Christian Scholarship**, v. 85, n. 1, 5 out. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.19108/koers.85.1.2422. Acesso em: 17 set. 2024.

LOPERA-PEREZ, Marisol *et al*. Bibliometric analysis of the international scientific production on environmental education. **Journal of Baltic Science Education**, v. 20, n. 3, p. 428-442, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33225/jbse/21.20.428. Acesso em: 17 set. 2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1414-753x2008000200003. Acesso em: 17 set. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: **Editora Pedagógica e Universitária**, 1986. 99 p.

MARCHIANO, Marcello *et al*. External and internal influences on the board of director´s expected behaviours. **Veredas do Direito**, v. 20, p. e202483, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18623/rvd.v20.2483. Acesso em: 19 set. 2024.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; GURGEL, Helen da Costa; LAQUES, Anne Elisabeth. O passado e o presente das unidades de conservação do Maranhão, Brasil. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 66, p. 250–268, 2018. DOI: 10.14393/RCG196618.

Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/39315. Acesso em: 17 set. 2024.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, Antônio Herman (ed.). Direito Ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro: **Forense Universitária**, 2001. p. 190-231. ISBN 85-218-0287-0. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/172293. Acesso em: 15 set. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al*. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2002. E-book. 80 p. ISBN 85-326-1145-1. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso: 20 set. 2024.

MORAES, Maria Cândida. Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis: **Vozes**, 2004. 342 p.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**. Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1516-73132006000100009. Acesso em: 18 set. 2024.

MUBITA, Aurick; LIBATI, Mundia; MULONDA, Munalula. The importance and limitations of participation in development projects and programmes. **European Scientific Journal**, v. 13, n. 5, p. 238, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.19044/esj.2017.v13n5p238. Acesso em: 17 set. 2024.

MUNSON, Abby. The united nations convention on biological diversity. In: MUNSON, Abby. The earthscan reader in sustainable development. London: **Routledge**, 2023. p. 55-62. ISBN 9781003403432. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781003403432-8. Acesso em: 18 set. 2024.

ORLANDO, Ricardo Silveira; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Ecologia e gestão participativa do território: as Áreas de Proteção Ambiental enquanto instrumento de política ambiental. *In*: Encontro Nacional da ANPPAS, 6., 2012, Belém. **VI encontro nacional da Anppas**. Belém: UFPA, 2013. p. 21.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes Venâncio. Análise do programa de desenvolvimento do turismo do nordeste (PRODETUR/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 197-213, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0034-76122010000200002. Acesso em: 18 set. 2024.

PALMIERI, Roberto; VERÍSSIMO, Adalberto. Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento. Piracicaba: **Imaflora**; Belém: **Imazon**, 2009. 95 p. ISBN 978-85-98081-31-1.

PRADO, Deborah Santos *et al*. Social participation in management councils of protected areas: normative advances and the perspective of ICMBio environmental officers. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180036r2vu2020l5ao. Acesso em: 15 set. 2024.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. Rio de Janeiro: **Cortez**, 2009.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global e da política nacional de educação ambiental. **Cadernos de Pesquisa:** pensamento educacional, Curitiba, número especial, p. 337-358 2018. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/. Acesso em: 01 mai. 2025.

RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro Albiach; BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata. Indicadores de monitoramento e avaliação de projetos e políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. **Ambiental Mente Sustentable**. v.1, n. 1, p. 25-39, 2017. Disponível em: https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Dialnet-IndicadoresDeMonitoramentoEAvaliacaoDeProjetosEPol-6482975.pdf. Acesso em: 01 mai. 2025.

SANTOS, Anthony Állison Brandão. **Conselhos gestores de unidades de conservação**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. 186 p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/3650. Acesso em: 17 set. 2024.

SANTOS, Jéssica Lomonte dos; IMPERADOR, Adriana Maria. Metodologias de diagnóstico para a construção de políticas públicas de Educação Ambiental: uma revisão sistemática da literatura. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 18, n. 2, 2023. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/17203. Acesso em: 01 mai. 2025.

SANTOS, Leandro Fernandes Antonio. **Unidades de conservação e sociedades sustentáveis:** a educação ambiental desenvolvida nas UC da costa do descobrimento – BA. 2022. 213 p. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias Ambientais) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, BA, 2022.

SANTOS, Viviane Felicíssimo dos; MADRUGA, Zulma Elizabete de Freitas. A etnomatemática como base para análise das relações comerciais dos feirantes da Feira Municipal de Amargosa - BA. **RIEcim**, Araguaína, v. 1, n. 2, p. 40–57, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013. E-book (274 p.). ISBN 978-85-249-2081-3. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino-2014.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

SIBURIAN, Robert *et al*. Implementation of conservation partnership to improving the role of local community in the management of mount rinjani national park, west nusa tenggara, indonesia. **Ethnobotany Research and Applications**, v. 28, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.32859/era.28.41.1-15. Acesso em: 17 set. 2024.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS). **Plano municipal de saúde 2022-2025.** Belmonte/BA: [s.n.], 2021. 61 p.

SORRENTINO, Marcos. Educação ambiental e unidades de conservação. In: SANSOLO, Davis Gruber (ed.). Uso público em áreas protegidas: contribuições para gestão de unidades de conservação. São Paulo: **UNESP**, 2020. p. 53-70. ISBN 978-65-5714-012-3. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786557140123.0004. Acesso em: 15 set. 2024.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, ago. 2005. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1517-97022005000200010. Acesso em: 17 set. 2024.

SOUZA, Juliana da Costa Gomes de; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. A criação da fundação brasileira para a conservação da natureza. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 31, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-59702024000100019. Acesso em: 17 set. 2024.

SUZZI-SIMMONS, Amanda; DEVARAJAN, Kadambari. Enhancing conservation strategies with GIS: advances, collaborations, and future directions. **Preprints**, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.20944/preprints202310.1372.v2. Acesso em: 10 jan. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: **Editora Atlas S.A.**, 1987. E-book. 175 p. ISBN 85-224-0273-6. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

WWF-BRASIL; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Ciclo de gestão de conselhos de unidades de conservação. Brasília: **WWF-Brasil**, 2016. 51 p.: il. ISBN 978-85-5574-006-0. Disponível em: https://www.wwf.org.br/?51762/Ciclo-de-Gesto-de-Conselhos-de-Unidades-de-Conservao. Acesso em: 1 set. 2024.

XAVIER, Michelle Tinoco. Unidades de Conservação: reflexões sobre a falácia do desenvolvimento sustentável. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 161-184, 2018. Disponível em: https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home. Acesso em: 1 set. 2024.

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada

ROTEIRO PERGUNTAS

CONSELHO GESTOR APA SANTO ANTÔNIO

PESQUISA: Educação Ambiental na APA de Santo Antônio: uma análise da intervenção socioeducativa realizada com os membros do conselho gestor

PESQUISADORA: Natália Danielle Cordeiro Vitor

Percepção Interna dos Conselheiros
1. Você acha que durante as Plenárias do CG as informações são compartilhadas de forma clara e eficaz? 2. Como você vê a condução das reuniões? 3. Você acha que as ideias trazidas ao CG são acolhidas e compreendidas? 4. Você sente que tem liberdade para expressar suas opiniões no CG? 5. Você se sente pertencente ao CG? Sim ou não. Se não, o que precisaria mudar na dinâmica do CG para que você se sentisse parte integrante? 6. Você sente que existe um bom nível de comunicação entre os membros do CG? 7. Na sua opinião você acha que foram construídos vínculos entre os diferentes atores e segmentos (sociedade civil, poder público e terceiro setor) que formam o CG? 8. Você acredita que o CG é ativo? 9. Qual a ação que você considera mais potente que o CG realizou ou está realizando? 10. Quais sugestões você daria para melhorar e ou otimizar no CG?
Processo de Formação
SEMINÁRIO/OFICINAS REALIZADAS NO ÂMBITO DAS PLENÁRIAS DO CG APA SANTO ANTÔNIO: Zoneamento Econômico-Ecológico – Floriano Alvarez; Educação Ambiental – Marcos Sorrentino; Licenciamento Ambiental - Natália Vitor; Coletivo Educador – NUPPEA e INEMA; Turismo de Base Comunitária – Jussara Brito. 1. Opine sobre o processo de formação que foi vivenciado em 2023 junto aos conselheiros da APA; 2. Você acha que o processo formativo ampliou seu olhar sobre as problemáticas e potencialidades socioambientais locais? 3. Quais temas/assuntos você acha que devem ser prioritários em 2024?
Percepção do contexto socioambiental da APA
1. Para você o que é Educação Ambiental? 2. Na sua opinião quais são as principais dificuldades para ampliar esse processo de Educação Ambiental do CG da APA Santo Antônio? 3. Você acha que tem como compatibilizar (entrar num acordo) os interesses dos diversos segmentos sociais existentes na APA Santo Antônio? 4. Na sua opinião, teve uma aproximação da atuação do CG com os interesses das populações tradicionais existentes, dentro ou no entorno da APA, por exemplo marisqueiras, pescadores e indígenas? 5. Você acha que teve uma aproximação entre as ações do CG com o poder público (Prefeitura ou Estado)? 6. Você se sente confortável para manifestar sua opinião sobre os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de impacto negativo dentro da APA Santo Antônio nas reuniões do CG? 7. Quais são as ações que você gostaria de ver o CG realizando? Cite uma ação que você considera prioritária/importante.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) – CAMPUS SOSÍGENES COSTA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA DE SANTO ANTÔNIO: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA REALIZADA COM OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR, sob aresponsabilidade da pesquisadora Natália Danielle Cordeiro Vitor, a qual pretende analisar os resultados do processo formativo ambientalista que foi deflagrado junto aos membros do Conselho Gestor da APA Santo Antônio (biênio 2022-2024). Sua participação é voluntária e se dará por meio entrevistas aplicadas presencialmente, com no máximo 1 hora de duração.
Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa poderão ser de origem psicológica como possibilidade de constrangimento ou cansaço ao responder as perguntas, medo de quebra de anonimato, desconforto, vergonha e estresse. Caso uma dessas vivências ocorra a entrevista será paralisada imediatamente. Se o/a Sr.(a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir com a melhoria do processo de formação continuada dos conselheiros, além do fortalecimento da consciência ética sobre as questões socioambientais ocorridas na APA de Santo Antônio. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdadede retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/A Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr.(a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. O/A Sr.(a) terá acesso ao produto/resultado gerado pela pesquisa por meio da apresentação dos resultados durante a Reunião do Conselho Gestor da APA Santo Antônio com data a ser definida por sua Gestora. Para qualquer outra informação, o/a Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no seguinte endereço: Rua Campos Tourinho, 186, Bairro Centro, Santa Cruz Cabrália, Bahia, CEP: 45807-000, pelo telefone: (73) 999524787 ou pelo e-mail: natalia_vitor@yahoo.com.br.

CONSENTIMENTO PÓS–INFORMAÇÃO

Eu,_____, fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____
Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

_____
Assinatura do Pesquisador responsável

Data:_____/_____/ 2024.

APÊNDICE C – Termo de Autorização imagem e som de voz

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) – CAMPUS SOSÍGENES COSTA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS AMBIENTAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu,_____, autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Natália Danielle Cordeiro Vitor a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA DE SANTO ANTÔNIO: UMA ANÁLISE DA INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA REALIZADA COM OS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR e concordo livremente em participar dela.

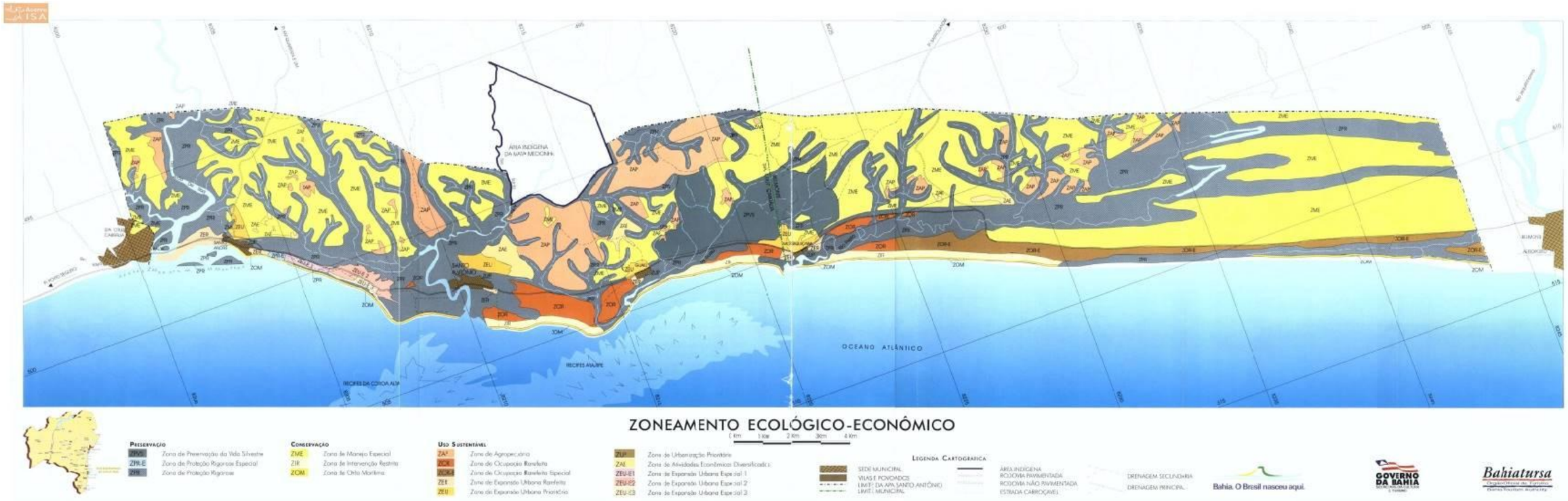
Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Porém, não devo ser identificado por nome ou qualquer outra forma. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora.

Santa Cruz Cabrália / BA, ___ de _____ de 2024.

_____

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

ANEXO A – Zoneamento Ecológico-Econômico da APA de Santo Antônio



Fonte: PLANARQ, 1996

ANEXO B - Declaração de Dispensa de Autorização para Realização de Pesquisa Cientifica em Unidade de Conservação nº 00094937169

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - INEMA/DG/DISUC/CGEUC

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA CIENTIFICA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nº 00094937169

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – INEMA declara que a realização da **pesquisa cientifica: "Educação ambiental na APA de Santo Antônio: uma análise da intervenção socioeducativa realizada com os membros do conselho gestor"** na Área de Proteção Ambiental - **APA de Santo Antonio**, solicitada pela pesquisadora **Natália Danielle Cordeiro Vitor** (CPF 055.695.294-46), vinculada à **Universidade Federal do Sul da Bahia** (CNPJ 18.560.547/0001-07), com sede na Rodovia BR-367, Km 10, Zona Rural, 45.810-000, município de Porto Seguro, BA, é considerada dispensada de autorização, com base no estabelecido na Lei Estadual nº 10.43121/06, Decreto Estadual nº 14.024/12 e na Portaria INEMA nº 25.753/2022.

Esta declaração não dispensa e nem substitui a obtenção de outras autorizações que possibilitem o acesso às áreas privadas, assim como certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

MARIA AMÉLIA DE CONI E MOURA MATTOS LINS
Diretora Geral

Documento assinado eletronicamente por **Maria Amelia de Coni e Moura Mattos Lins**, **Diretor(a) Geral**, em 01/08/2024, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00094937169** e o código CRC **532DA828**.

Referência: Processo nº 046.2782.2024.0020532-98 SEI nº 00094937169